

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

1.^a

Aos doze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Teresa Rodrigues

Pimentel Sanches Calejo das Neves, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

----- Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se de seguida à chamada, estando presentes cinquenta e dois elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

----- Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Alfredo Justino Ribeiro, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Carlos Alberto Telo Figueira, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Elisiário Emílio Cancela, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Tiago Calejo das Neves Varandas, Vítor Manuel Purralo Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luís, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira Paulo Afonso e José Joaquim Campos. -----

----- Foram justificadas as faltas aos Deputados Municipais, Pedro Miguel Moutinho Monteiro, Mário Humberto Afonso, Afonso Henrique Pinto Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Castanheira e a José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco. -----

----- Não foi justificada a falta ao Deputado Municipal Carlos Alberto Azevedo. -----

----- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- 1. 1 *Apreciação e deliberação sobre as Actas das Sessões anteriores;* -----

----- 1. 2 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----

----- 1. 3 *Assuntos de interesse relevante para o Município;* -----

----- 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- 2. 1 *Análise e deliberação sobre o “REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO”;* -----

----- 2. 2 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

----- 2. 3 *Análise e deliberação sobre “GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O EXERCÍCIO DE 2006 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO”;* -----

----- 2. 4 *Análise e deliberação sobre “PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 1.284.857,00 €”;* -----

----- 2. 5 *Análise e deliberação sobre “IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – COMUNICAÇÃO DE TAXAS RESPEITANTES AO ANO DE 2005 A LIQUIDAR EM 2006. COMUNICAÇÃO DA DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DA CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA”;* -----

----- 2. 6 *Outros Assuntos.* -----

----- 3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

----- Ao abrir a Sessão, o Presidente da Mesa desejou a todos, em seu nome pessoal e no da Mesa, umas Boas Festas, formulando votos para que os trabalhos decorressem com sentido de elevação e de responsabilidade e também certa flexibilidade e respeito pelo trabalho político de cada um dos presentes. Informou também que o senhor Presidente da Câmara não poderia estar presente devido a ter agendado para este dia uma reunião com o senhor Ministro da Saúde, em Bragança. Na sequência da renúncia ao mandato dos senhores Jorge de Jesus Afonso e António Delgado Lopes, eleitos pelo Partido Socialista, foi conferida posse aos dois elementos que se seguiam na lista de candidatos proposta pelo Partido Socialista, senhores Francisco Augusto Batista Cordeiro e Tiago Calejo das Neves Varandas nos termos do artigo oitavo, ponto um, primeiro e terceiro. De seguida, desejou felicidades aos novos Deputados Municipais no desempenho dos novos cargos, estando certo de que tudo fariam para defender e dignificar o poder local democrático. -----

----- De seguida, deu início à discussão do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

----- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- 1. 1 *Apreciação e deliberação sobre as Actas das Sessões anteriores;* -----

► **PRESIDENTE DA MESA**, declarou abertas as inscrições para análise e

discussão da acta da décima nona sessão ordinária do mandato anterior, realizada dia dezasseis de Setembro do ano corrente e oportunamente aprovada em minuta. -----

▶ **ILÍDIO MARTINS** questionou a Mesa sobre a lógica de se estar a aprovar a Acta de uma Assembleia que não esta. -----

▶ **PRESIDENTE DA MESA** respondeu a este Deputado Municipal que, no final de todas as sessões, é aprovada a acta em minuta, para que tudo o que foi tratado tenha imediata executoriedade. Como a acta agora posta a votação traduz tudo o que se refere no decurso da reunião, é sempre na reunião a seguir que se procede à sua aprovação. Posta a questão do senhor Deputado votar o documento em apreço, uma vez que não esteve presente, e, caso todos os elementos da Assembleia tivessem mudado na totalidade, por essa ordem de ideias a acta nunca se aprovaria. E concluiu, dizendo que este acto era apenas um mero formalismo. -----

----- Posta a acta à votação, foi esta acta aprovada por maioria com um (1) voto contra e catorze (14) abstenções. -----

----- De seguida, declarou abertas as inscrições para uso da palavra sobre a Acta da primeira reunião, realizada a dezanove de Outubro de dois mil e cinco, efectuada imediatamente a seguir ao acto de instalação da nova Assembleia. -----

▶ **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra neste ponto dizendo querer debruçar-se sobre dois aspectos: em primeiro lugar fazer uma breve declaração política acerca do discurso proferido pelo senhor Presidente da Câmara durante a sua tomada de posse. Numa análise global, classificaria esse discurso de cariz pouco institucional e, como tal, pouco digno de uma tomada de posse mais parecendo tratar-se do prolongamento de uma qualquer sessão de encerramento de campanha eleitoral. Destacou ainda outra passagem do referido discurso, mais em pormenor, em que o senhor Presidente da Câmara refere “*estamos no poder com uma equipa renovada*” pelo que questiona: renovada em quê; renovada com quem? Mais adiante, refere que “*é preciso ir mais longe, realizar à distância, mesmo que correndo riscos e ouvindo críticas de velhos do Restelo*”. Ao recorrer à imagem “*velhos do Restelo*” o senhor Presidente da Câmara estava a referir-se a quem? Sem qualquer ofensa (disse) acha que o senhor Presidente da Câmara deve ser, em idade, um dos elementos menos jovens desta Câmara, ou desta Assembleia, mas não é por isso que o considera “velho” e nunca um “velho do Restelo”. Certamente que o senhor Presidente da Câmara também não estaria a referir-se à oposição, pois não são eles a ala conservadora desta Câmara e desta Assembleia; sempre foram e continuarão a ser, orgulhosamente, progressistas e progressivos. ---

----- Pretendia também contestar uma afirmação da Acta em apreciação que se encontra transcrita na página nove e é relativa à indicação do Presidente de Junta para o XV Congresso da Associação Nacional de

Municípios Portugueses, em que se afirma “*a seguir, e por consenso entre todos, foi estabelecido designar a lista a apresentar pelo PSD por lista A, cabendo á outra lista a designação de lista B*”. Contesta as expressões “por consenso entre todos” e a expressão “outra lista”. Por consenso entre todos não foi e a outra lista tem um nome: lista do PS, pois está lá referido o PSD e não está o Partido Socialista. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra para fazer um reparo sobre a acta que, onde aparece o seu nome, diz: “Devido a uma deficiência na gravação na fita não é possível transcrever esta intervenção”. Que ele saiba, ninguém notou que tivesse havido alguma deficiência na gravação, sendo sua opinião que se deve transcrever o que de facto aconteceu: o não ter falado para o micro pelo que não houve possibilidade de ficar registada essa intervenção. -----

► **PRESIDENTE DA MESA**, informou este Deputado de que poderia passar pelos serviços administrativos da Assembleia e verificar da veracidade do que foi dito sobre a referida cassette. Informou também que ainda se chamou o técnico que procedeu à gravação das fitas, tendo-se chegado à conclusão que, de facto, a fita estava estragada, cuja responsabilidade pertence ao técnico de som da Casa da Cultura. Esta cassette está devidamente identificada e arquivada. O técnico não se apercebeu de que a sessão não estava a ser gravada pois cá em baixo ninguém poderia ter dado conta. Foi essa a razão pela qual a sua intervenção não tinha ficado registada em Acta. Espera sinceramente que isto não volte a acontecer. -----

----- De seguida, pretendia pôr à votação esta Acta quando foi de novo interrompido pelo Deputado Municipal Manuel Luís Tibério, que propôs a seguinte redacção para o parágrafo que contestou, na página nove: “a seguir, foi estabelecido designar (eliminar as palavras e por consenso entre todos)” e, mais adiante, “cabendo à lista apresentada pelo PS a designação de lista B”). -----

----- De seguida, e depois de introduzidas aquelas alterações, foi posta a acta à votação, tendo a mesma ficado aprovado por maioria com uma abstenção. -----

----- Passou de seguida ao ponto seguinte do Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **1.2 Informação da correspondência recebida e expedida:** -----

► **PRESIDENTE DA MESA** pôs à disposição dos senhores Deputados a palavra, para o caso de quererem intervir neste ponto. Como não houvesse interessados em usar da palavra, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

----- **1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município:** --

► **PRESIDENTE DA MESA** antes de abrir as inscrições para uso da palavra pôs à consideração da Assembleia a inclusão na Ordem de Trabalhos de um ponto referente à eleição de um representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Geral da Empresa Resíduos do Nordeste, cuja comunicação só lhe havia chegado às mãos no próprio dia. Também referiu a necessidade de se eleger um representante entre os Presidentes de Juntas de Freguesia para representar esta classe na Assembleia Distrital de Bragança, conforme comunicação entregue no início desta sessão. -----

► **ANÍBAL MORENO** manifestou de imediato a sua opinião dizendo que não se deveria considerar esta inclusão na presente Ordem de Trabalhos, devendo estes dois pontos serem remetidos para uma próxima reunião porque entende que estas coisas devem ser preparadas e analisadas com tempo pelos dois grupos parlamentares, pelo que solicitava à Mesa que não incluísse estes dois pontos na Ordem de Trabalhos. Além disso considerou que também não trazia nenhum prejuízo, pois não havia necessidade urgente de se resolverem esta duas questões pelo que poderia ficar para uma próxima reunião da Assembleia Municipal. -----

► **PRESIDENTE DA MESA** disse discordar deste Deputado Municipal, pois a Assembleia Distrital não funciona sem estarem representados os seus membros, havendo necessidade de convocar o órgão colegial e, ao que lhe parece, o quanto antes, estando aqueles apenas à espera que as Assembleia Municipais indiquem os seus representantes. Por conseguinte, também não via qual a razão de não se proceder hoje a esta eleição. Neste seguimento, propôs que, no fim deste ponto, se fizesse um pequeno intervalo para que ambos os grupos parlamentares reunissem e indicassem o seu representante. Considerou que, estar a protelar esta eleição para uma reunião que, em princípio, só teria lugar em Fevereiro, era estar a pôr-se em, causa a exequibilidade das funções daqueles órgãos, nomeadamente a da constituição do Conselho Geral da Empresa Resíduos do Nordeste. -----

► **ILÍDIO MARTINS** começou a sua intervenção manifestando a sua intenção em colaborar no bom andamento dos trabalhos em prol do seu concelho. De seguida, disse que achava que a Assembleia Distrital já tinha “morrido” ou, a não ser assim, dava-lhe a ideia de que estava aos “aboquejos”. E, perguntou também, se não haveria um choque entre as funções da Assembleia Distrital e das propaladas Comunidades Urbanas (que também ignorava se já tinham “morrido” ou se ainda estariam a vegetar). Em função disso, é que achava que poderiam aferir do interesse em indicar um delegado para essas questões porque se ela quase não existe e não sabe para que é que se andam a indicar delegados. Agradecia por isso uma informação correcta sobre a dicotomia de Comunidades Urbanas/ Assembleia Distrital. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra para reafirmar que discordava da posição da Mesa, de querer incluir aqueles pontos. Achava que se estava a começar mal o mandato, pois qualquer dia certamente que se iria chegar à conclusão de agendar só um ponto para a Ordem de Trabalhos – Assuntos Gerais – e depois a Assembleia, ou a Mesa, conforme as necessidades, iria agendando os pontos durante a própria reunião. Porque se está a começar o mandato, acha que não deve ser aceite a inclusão do novo ponto, porque não há urgência. -----

► **VÍTOR BATISTA**, considerou que se estavam ali a desenvolver pontos, a fazer deles um “cavalo de batalha”, que não tinham de facto interesse para aquilo que era realmente importante para o desenvolvimento do concelho. Se realmente o PS fazia questão de manter a sua posição, que essa posição fosse votada. Se os referidos órgãos estavam ou não a vegetar, não competia a esta Assembleia dar-lhe a extrema-unção. À Assembleia apenas tinha sido solicitado que se apresentasse um representante dos Presidentes de Junta. Se é assim tão pouco importante esse órgão, ou se revêem tão pouca importância a esse órgão, também não lhe revê tanta importância no facto de ser votado agora ou não. Sugeriu por isso que a inclusão deste ponto fosse posto à votação e que se prosseguisse com a discussão de assuntos de interesse relevante para o concelho. -----

► **PRESIDENTE DA MESA** disse também entender não haver razão aparente para adiar uma coisa que é tão simples, estando a transformá-la numa coisa tão complexa; se os órgãos existem, têm de funcionar. Em princípio, a próxima sessão da Assembleia será em Fevereiro, pelo que entende não haver razão para estar a protelar este assunto. De qualquer das formas, não se pretende com esta medida que as assembleias comecem a funcionar mal, porque, se estes hábitos são maus, já os aprenderam há muito tempo. -----

----- De seguida pôs à votação a inclusão dos referidos pontos na Ordem de Trabalhos, no Período da Ordem do Dia, em “OUTROS ASSUNTOS”. Ficou aprovada por maioria a inclusão destes pontos, com catorze (14) votos contra, cinco (5) abstenções e trinta e um (31) votos a favor. -----

► **ANÍBAL MORENO** voltou a usar da palavra para dizer que, em vias desta votação, segundo a lei, os pontos não podem ser integrados. Para que qualquer ponto possa ser integrado, tem que ser votado favoravelmente pelo menos por dois terços do número legal dos seus membros. Que ele saiba, dois terços da Assembleia Municipal são mais que vinte nove. -----

► **PRESIDENTE DA MESA** informou que, se tal fosse possível, no decurso da reunião, se iria informar se de facto eram necessários os dois terços a que se referia aquele Deputado. Anunciou que os trabalhos prosseguiriam e, na eventualidade do Deputado Aníbal Moreno ter razão, retirar-se-iam aqueles pontos; caso contrário, em devido tempo, seria de novo trazido aquele assunto a esta Assembleia. -----

----- De seguida, declarou abertas as inscrições para uso da palavra no ponto de “Assuntos de Interesse Relevante para o Município”, dizendo que gostaria que se inscrevessem uma vez que a Mesa só poderia dar a palavra aos inscritos. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES**, Presidente da junta de Freguesia de Vale de Porco, depois da saudação habitual, disse que pretendia sublinhar a intervenção feita pelo senhor Presidente da Câmara na primeira reunião deste mandato. E continuou, dizendo que o senhor Presidente da Câmara tinha dito, em determinado ponto o seguinte: *“O momento que atravessamos é particularmente grave já que o Governo, através do Orçamento de Estado, nos penaliza, a nível do concelho, de forma injusta e despidorada”*; por seu lado, a Associação Nacional de Municípios Portugueses também refere que as transferências estipuladas por lei para os municípios portugueses não estavam a ser cumpridas (não se recordava naquele momento qual era a lei). E pergunta: como estão as Juntas de Freguesia do concelho de Mogadouro? Que transferências foram feitas este ano para as juntas de Freguesia? Falava concretamente da sua. Referiu que o senhor Presidente da Câmara se havia sentido indignado - provavelmente com razão – pelo facto do Governo não lhe fazer as transferências e de não lhe dar resposta às obras que ele pretendia realizar. Pensa que, como Presidente de Junta, tem tanto direito a indignar-se quanto ele, pelo facto da Junta de Freguesia de Vale de Porco passar o ano inteirinho com quatro mil euros que lhe foram transferidos. Perante isto, e ignorando se lhe vão transferir mais dinheiro ou não, pensa que têm razão em estar tão indignados quanto ele. Espera que, se as verbas ainda vierem, que não venham no dia trinta e um de Dezembro e que depois lhes exijam que tenham as obras feitas. Transferem o dinheiro no último dia do ano e querem depois que se lhes apresentem obras. Ele não se mete a fazer obras na sua freguesia sem ter dinheiro. -----

----- Por fim, desejou as boas-vindas aos novos elementos que constituem esta Assembleia, desejando que esta Assembleia decorra com o mesmo espírito que decorreu a Assembleia anterior, que foi uma Assembleia de diálogo – talvez não de resultados, mas esses são para outro nível. -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, usou a seguir da palavra e disse o seguinte: -----

----- *“Começaria por agradecer as Boas Festas ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, e desejar um bom desempenho de mandato a toda esta gente, que foi eleita para fazer o melhor que sabe e pode, dentro das possibilidades normais de trabalho.* -----

-----*Então, gostaria de começar pela Acta da décima nona Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mogadouro: votei contra porque não concordo com a intervenção do senhor Deputado Ilídio Granjo (página seiscentos e oitenta) quando se refere ao Presidente da Junta de*

Ventuzelo (Cândido Fernandes) não correspondendo à verdade o que ali relata do sucedido em Ventuzelo, na altura da pré-campanha para as eleições autárquicas de nove de Outubro de dois mil e cinco. -----

----- O que eu disse, voltaria novamente a repetir o mesmo sem tirar uma vírgula, porque quatro anos a pedir obras para Ventuzelo, sem êxito, não consigo entender os políticos que decidem. -----

----- Quanto às transferências de verbas para as freguesias, o senhor Presidente da Câmara diz, quando é confrontado pelos Vereadores do Partido Socialista, dizendo-lhes que continua a não ter um critério de distribuição para as vinte oito Juntas, mediante um mapa que defina os montantes parciais para cada uma delas, continua-se assim a criar um “Saco Azul” que apenas se destina a favorecer arbitrariamente algumas Juntas de Freguesia conotadas com esta Câmara. -----

----- Em resposta, o senhor Presidente da Câmara referiu que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista não têm o direito de falar em Saco Azul, mesmo referindo que é entre aspas. -----

----- Pois eu penso que têm todo o direito de falar os Vereadores do Partido Socialista e muita mais gente, como por exemplo eu, porque até esta data, em transferências de capital, durante o ano corrente, foi feita para a Junta da Freguesia a que eu presido a irrisória quantia de cinco mil euros, enquanto que para outras Juntas, foram feitas transferências de capital na ordem de vinte mil euros no mesmo ano. Aqui está explicado o grande Saco Azul que tanto o senhor Presidente de Câmara diz não haver. -----

----- Será que terei que apontar com o dedo algumas Juntas, ou ficamos por aqui? -----

----- Penso que durante este mandato, que praticamente está no princípio, deve haver coerência na distribuição das verbas para as Juntas sem a discriminação que se tem verificado até agora, beneficiando as Juntas eleitas com suporte do Partido Social Democrata. -----

----- E por último, pergunto ao senhor Presidente da Câmara se já começou a empenhar-se na luta pela Ponte Internacional entre Espanha e Portugal, respectivamente Masueco e Ventuzelo, que fazendo parte do seu programa eleitoral, não deve esquecer este Projecto tão importante para o nosso concelho e o desenvolvimento do mesmo. -----

----- Pergunto-lhe se foi feita alguma informação aquando da Cimeira Luso-Ibérica, recentemente consumada em Évora, uma vez que a cimeira estava relacionada com problemas transfronteiriços. -----

----- Posso informar que, a nível do Subdelegado do Governo Espanhol, foi dado conhecimento ao senhor Presidente da Associação “Ponte”, José Vicente Blanco, que enviaram um documento dando assim conhecimento ao Ministério de Fomento para que assim se pudesse incorporar na cimeira de Évora a discussão do Projecto Ponte Internacional. -----

----- Também a Associação dos Empresários de Vitigudino, em

Assembleia Geral, aprovaram dar conhecimento ao Subdelegado do Governo Espanhol, Jesus Málaga, para assim ser apresentado na cimeira Luso-Ibérica que se realizou na cidade de Évora. Por todas estas razões, deve o senhor Presidente da Câmara levar este projecto muito a sério, e não ter só servido como mais um suporte de caça ao voto na campanha eleitoral”. -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** começou por pedir desculpa por não ter cumprimentado a Mesa e todos os presentes aquando da sua primeira intervenção, que diz resultar da sua inexperiência, mas também porque o senhor Presidente da Mesa o intimidou quando lhe disse que tinha todo o tempo do mundo, o que foi entendido por ele como uma pressa, pelo que eliminou a introdução inicial. Quanto ao que está em discussão, gostaria de fazer referência à visita realizada pelo senhor Presidente da República ao concelho de Mogadouro no passado dia vinte e três de Novembro, como é do conhecimento geral, integrado na semana que dedicou aos idosos e ao envelhecimento. Pretendia também afirmar que o PS se congratula pelo facto do senhor Presidente da República ter escolhido Mogadouro como um dos concelhos a contemplar nessa iniciativa. O senhor Presidente da República fez bem ao escolher Mogadouro, pois trata-se de um dos concelhos de Portugal com maior índice de envelhecimento, como se sabe, e como o próprio senhor Presidente da Câmara referiu no seu discurso de boas-vindas. Gostaria de dar os parabéns ao executivo pela sua prestação nessa iniciativa, mas não podia. Se o senhor Presidente da República esteve bem ao contemplar este concelho, o executivo camarário não esteve à altura no que respeita à organização da visita. E, não esteve à altura por vários motivos, dos quais destacaria especialmente dois aspectos fundamentais: o primeiro aspecto prende-se com a escassa, ou nula, divulgação de tal iniciativa junto da generalidade da população do nosso concelho. Quando se trata de inaugurar qualquer fontanário, não têm faltado convites à população, inclusive, não tem faltado transporte à população, disponibilizado por parte do executivo. Neste caso, nem uma nota informativa foi divulgada; o segundo aspecto, mais importante que o primeiro, tem a ver com a finalidade da visita. Em seu entender, o senhor Presidente da República pretendia contactar com os idosos e inteirar-se das suas condições, boas ou más, de envelhecimento. Pergunta o que foi então proporcionado ao senhor Presidente da República: uma sessão de longos discursos, naquele espaço, naquele apertado Salão Nobre. E os idosos? Os idosos, nem vê-los. Os idosos ficaram fechados a sete chaves nos respectivos Lares da Santa Casa. Não é o senhor Presidente da Câmara quem afirma querer tirar os idosos das soleiras das portas? Já várias vezes lhe ouviu esta afirmação e já a leu em vários meios da comunicação social. Efectivamente, quando dá jeito ao executivo e ao Partido que o suporta, não faltam autocarros para transportar idosos para o que quer que seja - esta

referência pode ser também extensiva à própria Santa Casa da Misericórdia que também não poupa esforços para transportar os seus idosos para onde quer e lhe apetece quando isso lhe convém. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra para dizer que a sua intervenção neste ponto estava de acordo com a proposta que apresentou à Mesa, solicitando a esta que procedesse à sua leitura para poder ser discutida e votada. De qualquer forma, adiantou que se tratava de uma proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na sequência das intervenções dos presidentes das Juntas de Freguesia de Ventuzelo e de Vale de Porco no que se refere às transferências de capital para as Juntas de Freguesia. Ainda não tem em seu poder o mapa de execução orçamental do ano de dois mil e cinco mas, pelo que ali foi afirmado, e pela informação proveniente de outras Juntas, de facto as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, no ano de dois mil e cinco deixam muito a desejar. Dá-lhe a impressão de que aquilo que foi colocado no orçamento de dois mil e cinco não é para cumprir. E, para colmatar esse pormenor e para que não haja a tal diferenciação (umas Juntas receberem e outras não), é que apresentou à Mesa uma proposta para submeter à Assembleia e, caso seja do agrado e do acordo, principalmente das Juntas de Freguesia, solicitava que a votassem favoravelmente. Concretamente, diz a proposta que as transferências para as Juntas de Freguesia sejam feitas em duodécimos e que os critérios a utilizar nessas transferências, na repartição do “bolo” seja de acordo com os critérios utilizados no Fundo de Financiamento das Freguesias e que todos saibam o que lhe toca em cada ano e qual a forma como vai ser distribuído e quando é transferida essa verba para as suas contas, a qual é considerada como Transferência de Capital para as Juntas de Freguesia. -----

► **JOSÉ JOAQUIM PINTO**, Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo, desejou Boas Festas a todos e de seguida fez a sua intervenção virada para o sector da lavoura. Considerou que, sendo Mogadouro um dos melhores concelhos agrícolas do Nordeste, que tem oitenta por cento da agricultura que existe, esta tem sido completamente abandonada. Lamenta que haja tanta discussão, que se ponha tanta coisa em obra, e a agricultura tenha ficado tão esquecida. Referiu-se a todo o património afecto a este sector, dando como exemplo o toural do gado (que era o melhor a nível de alguns distritos) com algumas barracas, onde os agricultores bebiam alguns copos, conferenciavam e vendiam os seus animais. Lamenta que os agricultores não tenham um espaço no novo toural do gado (no Parque de Feiras), com dois quartos de banho onde possam ir os lavradores, bastando para isso uma barraca, um bocado abrigada. Sugere que o espaço que se encontra do lado direito seja destinado para os animais, para se fazerem lá concursos de gado e outras actividades afectas ao sector agrícola. Referiu-se de seguida a um artigo que tinha lido no jornal referente a uma entrevista do Presidente

da Câmara de Freixo que falava em rentabilizar as amendoeiras, em rentabilizar a lavoura. E pergunta: que é que esta Câmara tem feito pela lavoura? Até hoje ainda ninguém se debruçou sobre o problema da água, tão essencial à agricultura, no sentido de se fazerem charcas ou o que quer que fosse para criar água, criarem-se incentivos para os lavradores. Considera que hoje em dia, só se trabalha para a política, que é o que dá dinheiro, não é o resto. Repare-se no que diz o Cavaco: “vamos trabalhar com prudência” e também o Sousa Tavares. -----

----- Sobre a Acinco, que passa por trás de Soutelo, se se vai juntar à outra, se vai ficar paralela da curva das Travessas, onde recentemente cortaram aquele troço na estrada actual – que foi recuperada - pergunta porque é que a estrada não vai mais pelo lado do piçarrão e vai ter ao nó que vem de Lagoa, que lhes facilitava (porque do que necessitam é duma estrada que os leve a Bragança e a Macedo. Ora, se essa estrada vai paralela à outra quase até à ponte de Remondes, porque ela não vai quase até àquela curva que vem de Lagoa enfrentar com o rio?). Se for ter ali, deixar-se-ia de andar seis quilómetros para baixo e outros seis para cima – são menos doze quilómetros. -----

----- Quanto ao empréstimo, queria informar que se ía abster porque não vê viabilidade para onde vai o dinheiro. Tinha de promessa receber catorze mil novecentos e quarenta e não sei quantos euros e hoje tem lá apenas dois mil e quinhentos euros. Gostava de saber o que faz esta Junta com dois mil e quinhentos euros. Se acham que os Presidentes de Junta não sabem gerir o dinheiro que faça a Câmara as obras todas. Vai abster-se, não vai votar contra porque podem haver opiniões melhores e ele estar errado; só irá votar a favor quando lhe pagarem o que lhe prometeram. -----

► **VÍTOR BATISTA** disse querer aproveitar a oportunidade para também ele desejar, quer ao executivo camarário, quer à Assembleia, um bom desempenho das suas funções porque esse bom desempenho se reflecte no bem de todos, e que esta Assembleia tivesse para o concelho um préstimo muito lucrativo porque, dada a situação que se atravessava – estava-se no final de um quadro comunitário avizinhando-se um novo quadro comunitário, com regras muito mais repensadas e que exigiriam porventura uma estratégia mais consolidada de desenvolvimento - desejando que esta Assembleia contribuísse de uma forma positiva para caminhar no sentido do desenvolvimento da nossa região porque o próximo quadro comunitário será aquele que poderá ajudar (e até será quase a última alternativa a última oportunidade que têm de se agarrarem às ajudas comunitárias), pelo que este órgão não se poderá limitar a tomadas de posições de votar a favor ou contra conforme as orientações partidárias das propostas que estão por base. De seguida, disse todos serem chamados, para não dizer obrigados, a contribuir para projectos vultuosos, considerados de interesse nacional, que apenas servem interesses, por exemplo, no litoral. No entanto, será que não

serão merecedores de umas migalhas para suportar esta interioridade? Não só na qualidade de porta-voz do Grupo Parlamentar do PSD, mas também enquanto munícipe, numa perspectiva reivindicativa, gostaria que o senhor Presidente, ou alguém que o represente, o elucidasse relativamente à anunciada e conhecida intenção de encerramento de serviços nesta região e que podem afectar os serviços deste concelho. Mais concretamente, reportava-se a três Ministérios: o Ministério da Saúde – com o encerramento das urgências nos Centros de Saúde; no Ministério da Justiça havia o encerramento do Tribunal, ou dos Tribunais (em termos de distrito); e o Ministério da Educação, que tem a ver com o encerramento das escolas do Primeiro Ciclo com menos de vinte alunos. Neste ponto em particular, a sua preocupação persiste no facto de ter constatado a existência de uma certa confusão, desinformação, ou mesmo contra-informação no seio dos professores (mais do Primeiro Ciclo) e encarregados de educação acerca deste assunto. Lembra que Mogadouro é pioneiro por possuir uma Carta Educativa, trabalhada e aprovada em Conselho Municipal de Educação, onde encarregados de educação e professores estavam devidamente representados. Lembrou também que, na elaboração daquele documento, e na redefinição da rede escolar propriamente dita, esteve sempre presente a preocupação em conjugar o melhor interesse dos alunos e dos professores no contexto dos pressupostos ministeriais, ou seja, das orientações do Ministério da Educação. Como já tinha referido, a sua preocupação residia no facto de ter sentido que, tanto professores como educadores, não estão devidamente esclarecidos, ao ponto de transmitirem a sensação de que lhes foi vendida uma ideia altamente nefasta em termos de qualidade de ensino e garantias de emprego. Como se sabe, a qualidade de ensino e garantia de manutenção de postos de trabalho, dado o inevitável encerramento das escolas, passa pela criação de pólos escolares de excelência onde se administre a monodocência coadjuvada, isto é, estruturas integradas pré, primeiro e segundo ciclo, onde os alunos tinham o seu habitual professor, mas que depois terão outros professores acompanhados de todas as infra-estruturas necessárias que auxiliarão na língua estrangeira, na educação musical, na educação física e noutro tipo de expressões, etc. O que pretendia ali dizer era que sentia alguma má informação e tomada de posturas, quer dos professores, quer dos educadores, e de posições que são as mais nefastas para garantir os seus interesses. Há que ter cuidado, porque propostas e ideias vendidas e feitas no joelho podem ser nefastas. Em primeiro lugar, o que o preocupa é o sucesso, é a qualidade de ensino e também defender os postos de trabalho dos professores. Depois do exposto, gostaria que a Câmara o elucidasse acerca destes assuntos. -----

► **EUGÉNIA CABANAL** foi a oradora que se seguiu, dizendo que há muito tempo que se discutia a reorganização da rede escolar,

essencialmente a do primeiro ciclo; criaram-se Conselhos Municipais de Educação; elaboraram-se as Cartas Educativas com vista à criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros escolares de excelência que terão a vantagem da racionalização de recursos e da melhoria de qualidade da educação proporcionada às crianças. Na informação escrita do senhor Presidente, leu que se tinham efectuado algumas reuniões para discutir o assunto. Solicitava por isso que fosse prestada informação acerca das decisões tomadas, pois tinha ouvido que já no próximo ano lectivo iriam encerrar todas as escolas do concelho, excepto os núcleos de Bemposta e Castro Vicente, e que todas as crianças seriam transportadas para Mogadouro. Pergunta se estarão criadas as condições físicas e didácticas que garantam os interesses de crianças e docentes pois, pela realidade que conhece, essas condições ainda não existem. Pensa que passarão pela construção de raiz de um novo edifício pois, recorrer a atalhos, com obras de remendo, pode não ser o melhor. Teve ainda conhecimento da existência de um protocolo de colaboração entre a Associação Nacional de Municípios e o Ministério da Educação sobre a requalificação do Primeiro Ciclo, no qual o Governo pretendia destinar verbas do terceiro quadro comunitário de apoio através de um programa específico ao dispor das autarquias, que assegurava o financiamento para a construção de escolas à taxa co-financiada de sessenta e cinco por cento. Gostaria de saber se a Câmara aderiu a esse protocolo e para quando está prevista a construção. Reconhece que são necessárias mudanças mas que contribuam para a transformação das escolas em espaços onde dê gosto aprender e ensinar. Perguntou também se haviam algumas garantias futuras quanto à manutenção dos postos de trabalho dos docentes, ou se passará a haver menos oportunidades de contratação de professores. Por fim, aproveitou para desejar a todos um bom mandato e também um Bom Natal e um Novo Ano cheio de venturas. Agradeceu ainda as Boas Festas enviadas pelo senhor Presidente da Assembleia. -----

► **LUÍS MOURO** usou a seguir da palavra reportando-se à intervenção do Deputado Municipal Manuel Luís Tibério no concernente à vinda do senhor Presidente da República a este concelho. Referiu aquele Deputado que o senhor Presidente da Câmara não fez convites à população; ele próprio recebeu um convite por parte do senhor Presidente da Câmara (e supõe que os restantes membros da Assembleia também teriam recebido o mesmo, por escrito). Ele esteve presente e viu muita gente que recebeu o mesmo convite e não compareceu. Entende que compete a cada um deles convidar também as pessoas da sua terra a estarem presentes. Deixou também dito que o senhor Presidente da República tinha uma agenda muito preenchida, sendo do seu conhecimento que o senhor Presidente da Câmara lhe tinha feito um convite para almoçar em Mogadouro mas, devido à sua sobrecarregada agenda, não lhe foi possível ficar para o almoço. Referiu-se

também à Santa Casa, que dizia disponibilizar transportes quando muito bem entendia - também é do seu conhecimento que a Santa Casa convidou o senhor Presidente da República a visitar as instalações, o que também não lhe foi possível aceitar devido à sobrecarga da sua agenda. Pensa que quem esteve na recepção do senhor Presidente da República o fez de corpo e alma e lhe deram todas as boas vindas, sendo do seu agrado que ele viesse visitar as suas terras. Pensa também que não se devem servir de cores políticas para chamar certas e determinadas presenças neste concelho. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse ter-se já apercebido de haver ali uma tentativa de prejudicar os trabalhos da Mesa mas que, de qualquer forma, não o iria permitir. Iria seguir o Regimento, estando convicto de que não tinha havido qualquer tipo de ofensa ou injúria para poder usar da palavra o Deputado Municipal Manuel Luís Tibério, mas se pretendesse usar da palavra para qualquer assunto, esta ser-lhe-ia dada, porém, “rematar a bola” para os trilhos a ver se entrava golo, isso não seria possível. De seguida, deu-lhe a palavra. -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** disse que não tinha insultado ninguém, não fez mal a ninguém, nem visou ninguém em particular, apenas tinha achado que um Presidente deveria (assim o pensava) querer visitar idosos e observar as suas condições. Se foi convidado e a agenda estava preenchida, não reparara, mas ele até foi convidado e, para isso, a agenda estava livre, para visitar as instalações que estão em obra. Mas, se foi aí, também ia a um Lar de Idosos, onde houvesse idosos, onde pudesse falar com eles, cumprimentá-los. Da forma como conhece o Presidente, acha que gosta de falar com pessoas e não com as paredes vazias. Já agora, não queria deixar passar em claro, porque acha que isso é mais importante, a observação que o senhor Presidente da Mesa acabou de proferir. Afirmou que não estavam ali para dificultar os trabalhos do que quer que fosse; estavam ali para falar, para discutir, porque estavam numa assembleia, uma assembleia política, e era ali que se fazia a política - a política do concelho, a vida do concelho, as suas vidas colectivas era ali que se discutiam; ali se levantavam os problemas para que outros pudessem tomar as decisões. Pela amostra, o PS é uma bancada dinâmica, que tem falado, que tem intervindo, tendo observado o PSD muito calado, mas que não estavam ali para dificultar o que quer que fosse. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que não ia intervir relativamente a esta questão, apesar de ter falado no nome dele, mas está convencido de uma coisa: se o senhor Deputado conhecesse integralmente o programa da visita do senhor Presidente da República ao concelho de Mogadouro, faria muitas interrogações. Esperava que se aconselhasse devidamente como é que essa visita foi programada e orientada. E disse mais não querer dizer. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou a seguir da palavra reportando-se também à visita do senhor Presidente da República a este concelho. Disse ser do seu conhecimento que estava na dita programação a visita a uma das aldeias mais isoladas do concelho – o Salgueiro. Em reunião do Centro de Saúde (ignora que se estaria presente alguém do executivo) estava-se a discutir o Salgueiro e acharam um absurdo porque o Salgueiro já não tinha ninguém pois, se tivesse duas ou três pessoas idosas, não era justificação para a deslocação do Presidente da República àquela localidade. Também alguém sugeriu Gregos e Estevais, tendo nessa reunião ficado decidido que seria nos Estevais, dado que tinham lá um Taxista que até já faleceu, e o autocarro também não passa por lá, pelo que seria considerada uma das aldeias mais isoladas do concelho. Gostaria por isso que lhe dessem uma explicação porque foi alterada toda essa programação. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, antes de dar a palavra à Câmara Municipal para responder às questões levantadas, leu a Proposta apresentada na Mesa pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que dizia o seguinte: -----

----- *“O Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal propõe: -----
Um – que as transferências de Capital para as freguesias, inscritas no Orçamento para o ano de dois mil e cinco, sejam repartidas de acordo com os critérios do Fundo Financiamento das Freguesias e que o mesmo método seja seguido nos anos seguintes; -----
Dois – Que as transferências a partir de dois mil e seis sejam feitas em regime de duodécimos”*. -----

----- De seguida, deu a palavra à Câmara Municipal. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques substituto do senhor Presidente da Câmara nas suas faltas e impedimentos, que, em seu nome pessoal e no do executivo, felicitou, em primeiro lugar, a Mesa pela sua eleição. Deu também as boas vindas a todos os elementos que pela primeira vez estavam a tomar parte na Assembleia Municipal e felicitou-os pelo nobre cargo para que foram eleitos, dizendo ter a certeza que cumprirão com lealdade as funções para que foram eleitos conforme juramento na sua tomada de posse. Aproveitou também para desejar votos de Boas Festas e de Feliz ano Novo a todos os presentes e respectivas famílias. -----

----- Em relação às intervenções havidas, referiu-se em primeiro lugar ao que foi dito pelo Deputado Manuel Luís Tibério no período de aprovação da Acta; disse que, em simultâneo, responderia também à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo quando disse que iria votar contra a Acta porque não concordava com o que estava escrito. Pediu então aos senhores Deputados que pensassem no seguinte: as actas não são votadas pelo facto de se concordar ou não com o que foi dito nas intervenções de cada um, porque assim ninguém votaria favoravelmente

uma acta porque toda a gente está sempre em desacordo com aquilo que outro disse; as actas são votadas favoravelmente se elas reflectirem com exactidão aquilo que foi dito naquela sessão. E, se o que foi dito naquela sessão está lá reflectido, têm que a votar favoravelmente – não é votar favoravelmente por se concordar com a intervenção do senhor Fulano A ou do senhor Fulano B. Nesse propósito, entende que o senhor Luís Tibério, que é neófito nestas andanças, possa ter essa percepção do que é a aprovação duma acta. Em relação ao comentário das intervenções do senhor Presidente da Câmara, devem ser outros palcos aqueles que devem ser utilizados, e não este. -----

----- De seguida, e em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Porco, relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia, e havendo também outros Presidentes de Junta que a isso se referiram, com esta resposta ficam elucidados os restantes intervenientes, disse. Em primeiro lugar, e fazendo um pouco de história, segundo disse, a obrigação, por lei, de fazer transferências para as Juntas de Freguesia, é só do Estado; o município faz as transferências que entende dever fazer (porque politicamente entende que as Juntas de Freguesia podem e usam perfeitamente as verbas que lhes são distribuídas em prol dos munícipes) mas não há nenhuma obrigação legal do município transferir, seja aquilo que for, em termos de verbas, para as Juntas de Freguesia. A Câmara ainda pretende transferir dinheiro para as Juntas de Freguesia até ao final do ano - assim os devedores da Câmara lhe pague também, pois há centenas de milhares de euros a receber do Estado, de Fundos Comunitários, do INTERREG e de outros programas que estão à espera do dinheiro para o receber (disso se falará melhor quando se discutirem as Grandes Opções do Plano) - e, quando o Estado lhes pagar, também a Câmara fará mais transferência para as Juntas de Freguesia. -----

----- Relativamente ao “Saco Azul”, considera isso muito grave uma vez que a ideia que há de “Saco Azul” é de uma ilegalidade – até há uma Presidente de Câmara que está a responder em Tribunal por causa de um “Saco Azul”. Se porventura alguém tivesse conhecimento de algum “Saco Azul”, teriam a obrigação, por lei, de denunciá-la. Não basta falar apenas de “Saco Azul”! É chegar aqui, ao IGAT, ou seja aquilo que for, e dizer: - há um “Saco Azul” no município, devendo a Câmara ser investigada e, se for verdade, condenados pelo facto. Não vale a pena chegar a li e atirar com as questões dos “Sacos Azuis” para o ar. Estas são questões graves de mais para serem usadas como armas de arremesso desde que não sejam devidamente justificadas e indicadas onde é que está o “Saco Azul”. Esta era uma questão que queria que ficasse claro. -----

----- Quanto à ponte de Masueco e Cimeira Luso-Ibérica, ignora se nesta Cimeira foi ou não falada a ponte de Masueco. A Câmara Luso-Ibérica ainda não tem assento na Cimeira Luso-Ibérica mas, por certo o senhor

Primeiro Ministro, o engenheiro José Sócrates, dirá se falou ou não na ponte de Masueco e terá oportunidade de o referir. -----
----- No que respeita à visita do senhor Presidente da República a Mogadouro, vários senhores Deputados Municipais – o Deputado Municipal Luís Tibério, o Deputado Municipal Luís Mouro, a Deputada Municipal Antónia Moura – falaram na visita do senhor Presidente da República a Mogadouro. Acerca disto disse que muito os honrou a visita do senhor Presidente da República a Mogadouro – o mais alto signatário do Estado (quando se desloca a um concelho, é uma honra para qualquer um deles). Mas (fazendo um pouco de história), o senhor Presidente da República chegou de *Falcon* às dez da manhã a Bragança; veio para Freixo de Espada-à-Cinta; saiu dali às duas e pouco da tarde, e chegou a Mogadouro - onde está hora e meia; vai depois para Miranda, onde está lá outro tanto tempo e vai depois para Bragança, voltando de *Falcon* para Lisboa. É esta a visita do mais alto signatário do Estado a três concelhos do Distrito de Bragança para falar da Terceira Idade. Em primeiro lugar: como é que esta visita tem lugar? Pelo simples motivo de faltarem, até àquela altura, doze concelhos, dos trezentos e oito que tem o país, que o senhor Presidente da República se tinha proposto visitar. O Senhor Presidente da República achou, e muito bem, que quer terminar o seu mandato visitando os trezentos e oito concelhos do país. Agora já não faltam doze – já só faltam nove. Programa da visita: da inteira responsabilidade da Casa Civil do Senhor Presidente da República. E mais: inicialmente, nem a vinda ao município estava prevista. O senhor Presidente da República entrava por um lado; parava; levava-se o livro do município; assinava e seguia pelo outro lado. Só por muita intervenção do nosso Presidente da Câmara é que o senhor Presidente da República veio àquele Salão Nobre, deu entrada na sede do concelho, na sede administrativa, que são os Paços do Município. É uma pena, mas foi assim, disse. Foi esta a visita de Estado do Senhor Presidente da República para olhar para os idosos, que não tem tempo, depois de lhe ser proposto, de ir à Santa Casa da Misericórdia. Custa-nos a todos – porque ele não é o Presidente da República do PS, ele é o Presidente da República de todos os portugueses – e aos senhores deputados não lhe dói mais que a ele. Agora, os senhores Deputados não têm o direito de fazer chicana política com uma circunstância destas onde o município tudo fez para levar – onde devia ter que levar – e onde o senhor Presidente da República não quis ir, porque não tinha tempo senão, em vez de nove concelhos, ficavam-lhe a faltar dez, que ele não tinha tempo de ir aos três concelhos. Esta é a história da passagem do senhor Presidente da República, que muito os honrou, e que muito os honra em qualquer circunstância, ao concelho de Mogadouro. Onde estavam os idosos? Pois, os idosos, nomeadamente os mais carenciados, continuavam a estar na Santa Casa da Misericórdia. Era, pressupunha ele, mais simples, mais fácil

e até menos incomodativo para os idosos carenciados que fosse uma única pessoa a ir, como no caso do senhor Presidente da República, ao Lar da Santa Casa, do que trazer em macas ou em cadeiras de rodas os idosos para cumprimentarem o senhor Presidente da República. Se alguma falta de respeito houve, foi do senhor Presidente da República em relação aos idosos que estão na Santa Casa da Misericórdia e não o contrário. Mas, costumam ser os senhores que dizem, que quando vão as criancinhas e os velhinhos bater palmas ao senhor presidente da Câmara e aos senhores Presidentes, que aquilo é a história do passado, que é o antes do “Vinte Cinco de Abril”, que está tudo arregimentado para ir bater palmas. E agora já acham o contrário? Aguarda que os senhores Deputados os esclareçam de outra forma e de outra maneira. -----

----- Em relação à intervenção do Deputado Municipal Aníbal Moreno - que saudava - sobre as transferências em duodécimos, disse ficar satisfeito pela evolução que manifestava, porque se recorda, quando foi Vereador há uns anos atrás, que o Partido Socialista obrigava as Juntas de Freguesia a entregarem o seu Plano de Actividades e, para lhe transferir algum tostão (agora é cêntimos, na altura era tostões) era a Câmara Municipal que escolhia “esta” obra, sem prioridade nenhuma da própria Junta de Freguesia, e dizia: - “esta obra, vamos ajudar que se faça Então está aqui a transferência”. Saúda agora, que está no outro lado da bancada, que diga que não tem que ser assim, que tenha que se dar e que cada um faça como entender. Obviamente que não concorda, nem, lá no fundo, o senhor Deputado também não concorda. Os senhores Deputados apoiam um Governo que está a fazer rigorosamente o mesmo com a verba que inclui no PIDAC para os contratos-programa (inclui cinquenta milhões de contos para contratos-programa), sem dizer se é para esta ou para aquela obra, para o município A, para o B ou para o C. Não se pode querer “sol na eira e chuva no nabal”; há que ter uma posição concreta em tudo aquilo que se passa e de toda a maneira; os senhores não podem achar que está correcto o PIDAC, onde metem cinquenta milhões de contos para distribuir nas obras que entendem (não é como querem – ele não fala em “Saco Azul” – são obras que fazem falta), não podem querer isso e depois acharem que o município tem que fazer completamente ao contrário. É um estilo de proposta que ele nunca viria, nem nunca subscreveria para ser aprovada, a que o senhor Deputado ali tinha feito naquele sentido. De seguida se veria o que esta Assembleia irá querer indicar à Câmara Municipal. -----

----- À intervenção proferida pelo senhor José Joaquim Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo, que deixou dito que este executivo nada fez pela agricultura, lembrou-lhe que este executivo ainda não tinha dois meses; o outro foi julgado, há dois meses (e desse não acredita que esteja a falar) e este, como só ainda tinha dois meses, irá ver-se o que fará ou não fará. Do outro, também acredita que não tenha feito muito mal

porque também não o tinha ouvido, no outro, ir ali dizer que nada tinha sido feito no âmbito da agricultura. -----

-----No que respeita ao Matadouro, não há hipótese de se fazer o Matadouro Municipal porque todos os estudos apontam para um desastre económico se for feito o Matadouro Municipal; a única possibilidade que há é de fazer um Matadouro intermunicipal, isto é, um Matadouro em que estejam envolvidos os três municípios do Planalto – Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso. E, esse Matadouro, efectivamente, tem viabilidade económica. E é para esse Matadouro que os três municípios têm que trabalhar, têm que se entender e têm que o fazer para bem de todos nós – dos munícipes, dos agricultores, dos municípios. Mas, tem-se feito alguma coisa para a agricultura, nomeadamente, a empresa “Sabores da Terra”, de que este município é sócio e que se pretende ser mais um pólo de dinamização das coisas produzidas na nossa terra. -----

----- Em relação ao gado e ao novo recinto da feira, a seu tempo haverá um local para as exposições e feiras de gado serem feitas naquela zona, como é desejo de todos. -----

----- Quanto ao ICcinco, se a Junta de Freguesia de Soutelo tem alternativas a apresentar em relação ao itinerário, deve fazê-lo para o Instituto de Estradas, pois são eles os concessionários das estradas e são eles que têm o desenho do traçado. Além disso ignora se a Junta já fez alguma comunicação ao Instituto de Estradas a fazer a proposta de alteração do traçado. Se já fez a devida comunicação, resta aguardar que essa situação seja contemplada por parte do Instituto de Estradas. -----

----- Em relação ao empréstimo, falar-se-á quando se chegar ao respectivo ponto. -----

----- Lembrou-se nesta altura que não tinha respondido à questão da visita do senhor Presidente da República aos Estevais, dizendo de seguida que tinha sido a Casa Civil do senhor Presidente da República que havia proposto aquela visita por ser um sítio isolado e por ter lá meia dúzia de idosos. Só que aquela visita demorava mais meia hora e o senhor Presidente da República não tinha de mais meia hora para o concelho de Mogadouro – foi pena, mas não teve mais. -----

----- Acerca do encerramento de algum tipo de serviços, nomeadamente no sector da saúde – nas urgências – no tribunal e nas escolas. Isto é algo que deve preocupar a todos. Saúde: aquilo que o senhor Ministro da Saúde veio dizer (espera que hoje o senhor Presidente da Câmara possa trazer outro tipo de informações, já que está reunido com o senhor Ministro da Saúde). O que este veio dizer à televisão foi preocupante. Veio dizer que as urgência nocturnas dos hospitais com menos de vinte cinco pessoas por

noite deveriam ser encerradas – Macedo de Cavaleiros não tem vinte cinco pessoas por noite na urgência; Mirandela também não. Só Bragança é que atinge aquele número. Depois, veio dizer que, em relação aos outros Centros de Saúde, todos os que tivessem menos de dez pessoas por noite teriam de ser encerrados. Mogadouro não tem uma média de dez pessoas por noite no Centro de Saúde, no SAP. Ficou com alguma admiração quando viu na televisão a senhora Secretária de Estado da Saúde, Carmen Pinhatelli, até utilizar como exemplo Mogadouro e dizer que não se poderia tratar Mogadouro, no distrito de Bragança, da mesma forma que um Centro de Saúde em Lisboa – é óbvio e ainda bem que assim o diz. Mas não deixa de ser preocupante e não se pode deixar de ter um sorriso cínico na cara. Lá porque a senhora disse aquilo e até se ter mais ou menos a noção que Mogadouro poderá não encerrar, mas encerram os nossos vizinhos, o que é uma tristeza. Se não encerrar em Mogadouro encerram em Freixo, encerram em Moncorvo, encerram em Miranda do Douro, encerram em Vimioso, e isto é muito preocupante. Sente-se aquela vitória de *Pirro*, como diz o povo, mas Mogadouro não encerra, mas, a solidariedade para com os nossos vizinhos deve ser manifestada em todas as circunstâncias. E é preocupante para eles e para a saúde desta gente que os SAP's encerrem. Depois, vêm dizer que fiquemos tranquilos, que ninguém há-de estar a mais de uma hora de distância de um centro de atendimento de urgência. Se alguém tiver um enfarte de miocárdio e precisar de ser desfibrilhado, quando chegar a uma hora, onde estará o paciente?! Esta é talvez a coisa que lhes deva merecer mais atenção e dar mais cuidados que todas as outras pois nunca se sabe se daqui por cinco minutos é com a sua própria saúde que mexe ou com a de algum dos presentes que irá mexer, ou dos filhos, ou dos pais, pois, os primeiros cuidados, em termos de urgência, é muito complicado. Há que aguardar para ver como é que vai evoluir este dossier da saúde mas, se por um lado acredita que os serviços de urgência de Mogadouro se possam manter, não deixa de ficar preocupado com os dos vizinhos. Então, falar nas freguesias que pedem um médico, daí é que é já tirar-lhe o sentido. Se encerram a urgência das sedes de concelho, ninguém imagina que se vá pôr, nem um enfermeiro, nalguma Junta de Freguesia porque, aí, o Estado está a dar claramente a noção daquilo que quer fazer e do que vai fazer. -----

----- A questão do Tribunal é uma questão que todos estão a acompanhar e que o Estado vai dizendo que não se vai mexer, que foi só um estudo que foi feito em tempos, mas constitui outra preocupação. Estão sujeitos a que o Tribunal possa ser encerrado. Têm que estar todos preparados, e todos unidos neste desígnio, que é ter que lutar pelas nossas coisas, pelos nossos tribunais, pelos nossos Centros de Saúde, por aquilo que for necessário lutar. -----

----- A seguir, vinha a questão das escolas e a desinformação que tem

havido sobre o encerramento, ou não, das escolas e de pólos escolares. -----
----- À referência feita pela Deputada Municipal Eugénia Cabanal ao
ofício com o protocolo de acordo entre o Ministério da Educação e a
Associação Nacional de Municípios Portugueses em relação às escolas, no
seu ponto Um, este protocolo diz o seguinte: “*O Ministério da Educação
compromete-se, através das diversas Direcções Regionais de Educação, a
colaborar com os Municípios no sentido de, até Janeiro de dois mil e seis
(falta um mês), encontrar soluções para o encerramento de escolas com
menos de vinte alunos e com taxas de aproveitamento inferiores à média
nacional, aqui designadas por escolas de insucesso e de, até início do ano
escolar dois mil e seis/dois mil e sete, assegurar as condições necessárias
ao seu encerramento*”. Portanto, isto é uma questão do Estado. O Estado é
que vai ter de dizer quantas escolas quer encerradas, ou que não quer. Para
a Câmara servem todas conforme estão. Não é bem assim! Nem a ele, nem
aos senhores Deputados serve um professor com um aluno porque todos
sabem que isso é a maior taxa de insucesso escolar. Dito em números
redondos, servem como estão. Se o Estado quer encerrar, o Estado que
encerre – está nas suas mãos – e que condicione, ou que crie condições,
para que funcione doutra forma. É uma questão que está no Protocolo e que
compete ao Estado, que compete ao Governo. O Município tem uma Carta
Educativa que foi aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, a qual
diz que Mogadouro deve ter três pólos de ensino: Castro Vicente,
Bemposta e Mogadouro. Em termos de defesa por parte do Município, terá
que defender aquilo que os intervenientes no Conselho Municipal de
Educação aprovaram por unanimidade; em relação ao encerramento das
escolas, quantos pólos ficam, como não ficam, o Ministério é que vai ter
que dizer onde é que os quer e onde os não quer. O representante das
escolas não tem bem esta leitura, não é bem isto que diz. Diz que a Câmara
defende outras coisas, etc. É pena não ter tido tempo para continuar nesta
Assembleia Municipal e ter (por aquilo que percebeu do senhor Presidente
da Mesa) renunciado ao mandato desta Assembleia Municipal, para que
tivesse sido eleito pelo povo, para poder ali também defender os interesses
dos professores e os interesses dos alunos em primeiro lugar, e os interesses
do concelho. É pena mas, as acções, ficam com quem as pratica. O que não
parece a si correcto é fazer “chicana política” com os garotos e
desinformação aos professores. Algo tem de estar atrás, que ele não
entende, mas algum dia há-de entender para perceber se ele, efectivamente,
defende alguns interesses que podem ser seus, políticos partidários mas,
de uma coisa tem a certeza: é que, os garotos e os professores, não está a
defender porque, em relação à questão que colocou a senhora Deputada
Eugénia Cabanal, se estão ou não garantidos os postos de trabalho dos
professores, ele não lhe sabe dizer. O que lhe pode dizer é que o Ministério
garante (tendo como porta voz o CAE e a senhora Directora Regional de

Educação do Norte) que não há nenhum professor do concelho que vá para o desemprego. Há uma coisa para que tem alguma sensibilidade que é a de perceber que a única forma de defender os postos de trabalho dos professores é falando em qualidade de ensino, falando em pólos com bastantes alunos onde possa haver desdobramento de professores (em vez de ter um professor em cada turma possa haver eventualmente dois), em que comecem cedo e acabem às oito da noite, se for caso disso (quem diz oito diz sete, é uma coisa a discutir), mas onde justifique a presença de dois professores, onde possa haver especialização em vários tipos de matérias – em matemática (um professor que se especialize nisso e que dê apoio, em língua estrangeira (em Inglês), em educação física, e por aí fora – e em que aí, pela qualidade do ensino, se possa exigir a colocação de muito mais gente, de mais professores, nesse tipo de escolas. Ele não consegue perceber como se pode defender o posto de trabalho dos professores, querendo defender um pólo com dez ou doze alunos e que esteja não sabe aonde. Esse não pode ser o caminho. E os professores que entrarem por esse caminho julga que estão a cavar a sua própria sepultura profissional; que estão a condicionar (e de que forma) o seu próprio emprego no concelho. Agora, isto é um assunto que, neste momento, diz respeito ao Ministério da Educação. Este é que irá dizer onde quer os sítios, onde vão funcionar, onde não vão funcionar. A Câmara tem um projecto, que já está em elaboração. Já foi adjudicado o projecto da nova escola do primeiro ciclo. Assim que ele esteja pronto, já existem negociações com a DREN no sentido de financiamento dessa obra que espera vá por bom caminho. O que lhe pode dizer, é que são, do distrito, além de Alfândega da Fé, os pioneiros nesse sentido, de criar a escola primária, de levar as coisas para a frente e acreditam que é a forma que têm de defender da melhor maneira os nossos garotos – em primeiro lugar – e os postos de trabalho dos nossos professores – em segundo lugar – garantindo com isso uma boa qualidade de ensino. -----

► **ANÍBAL MORENO** disse querer felicitar o senhor vice-presidente da Câmara pela resposta e pela forma como entende que as transferências de capital para as freguesias devem ser feitas. De facto, a lei não obriga a que se façam transferências de capital mas, a partir do momento em que são inscritas no orçamento por vontade do executivo, passam a fazer parte de um direito de qualquer Junta de Freguesia receber essas verbas. Ou, então, andam-se a inscrever verbas no Orçamento para enganar as Juntas de Freguesia? A partir do momento em que se afirmou que iriam duplicar as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, estas têm direito a essa duplicação, o que de facto não acontece. Dizer que evoluiu a partir da altura em que era Vereador no mandato do doutor Francisco, em que era exigido o Plano de Actividades – concerteza que sim – achando que neste momento deverá também ser exigido. Mas, o que não podem, é condicionar

essas transferências à vontade de qualquer um dos vereadores ou mesmo do executivo. A partir do momento em que foram aprovadas, elas têm que ser transferidas. As transferências de capital não estão condicionadas a qualquer espécie de fundos comunitários. Portanto, isto é pura retórica, é o mesmo que dizer: “nós não transferimos as verbas para as Juntas de Freguesia porque vamos contemplar só algumas e, portanto, o dinheiro não chega para todos”. No caso da Proposta ser validada por esta Assembleia, se o problema é apresentar um Plano de Actividades para se proceder a essa transferência, pois que se apresente esse Plano de Actividades Todos os anos, as Juntas de Freguesia fazem o seu Planos de Actividades. Nada lhes custa fazer mais um ofício a dizer que ali está o seu Plano de Actividades e que em função dele quer que lhes sejam feitas essas transferências. Agora dizerem que transferem “se”, à condição, isso não pode ser. Estão a colocar as Juntas de Freguesia à vontade de um qualquer Vereador que decida sobre essa matéria e, como tal, não concorda, de modo nenhum, pelas afirmações que foram feitas pelo senhor vice-presidente da Câmara a dizer que houve evolução. Só que, na altura em que pediam para apresentar o Plano de Actividades, era igual para todos e todos recebiam. Não há nenhuma Junta de Freguesia que, apresentando o seu Plano de Actividades, deixasse de receber as transferências de capital que lhe foram aprovadas em reunião do executivo. Se alguma não recebeu essas transferências de capital que o vá ali dizer porque será logo desmentida categoricamente. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou a seguir da palavra para dizer que classificava este município com um grau bastante elevado de imaturidade ao comprometer-se a transportar as crianças e a dar-lhe alimentação sem ter as devidas condições criadas. Para além de dizer se vão encerrar ou não vão encerrar já este ano, também não vai ser fácil criar condições para as nossas crianças e transportá-las para o concelho. Sabe-se que, nem a EBum, nem a EBdois têm condições dignas para as crianças que já comportam. Estão ali presentes professores destas escolas que sabem perfeitamente que isso se passa. Além disso, já há sete ou oito anos que se fala neste assunto e nunca o município se comprometeu (aliás, na resposta que dava quando eram os ofícios da DREN, do CAE, etc., era que o município não pode comprometer-se, não pode assumir responsabilidades com as crianças em transporte, em alimentação, sem que as condições estivessem criadas). Para além disso, o Ministério, de facto, quer escolas com o mínimo de vinte alunos, o que não significa que, enquanto não houver condições criadas, venham todas para a Vila (encaixotadas, se calhar, em espaços sem condições, que facilitem o processo do ensino/aprendizagem). Isso poderia, em outros concelhos, seguir uma política educativa bastante diferente, onde formaram vários pólos – pelo menos enquanto o pólo definitivo não estiver construído. No nosso concelho, far-se-iam, nesse sentido, sete pólos, pelo

menos. Também não ficou esclarecida sobre como está a situação, se vêm, se não vêm, para onde vêm. -----

► **EUGÉNIA CABANAL** também usou da palavra para perguntar ao substituto do senhor Presidente se no próximo ano lectivo as escolas vão mesmo encerrar e se os alunos vão ser transportados e se já pensaram nas condições. Sendo do seu conhecimento ter havido reuniões entre a Câmara e a senhora Secretária de Estado da Educação, bem como com o representante do CAE, consta-se que dessas reuniões já alguma coisa saiu e era isso que pretendia saber. -----

► **VEREADOR JOÃO HENRIQUES**, em substituição do senhor Presidente da Câmara, respondia da bancada que só o Ministério é que sabia disso. -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** usou novamente da palavra e, dirigindo-se ao senhor vice-presidente da Câmara, recomendou-lhe que não se exaltasse, que mantivesse a calma porque assim ficaria sem saber se estava a falar na qualidade de vice-presidente ou se falava como porta-voz da bancada do PSD. Considera que, em retórica, em “chicana política”, é mestre o senhor vice-presidente da Câmara, como todos já sabem. Disse não ter pretendido fazer chicana política quando ali trouxe a questão da visita do senhor Presidente da República. Se é novato nestas coisas, como poderia fazer chicana política com aquilo? Em relação à organização da visita ser da exclusiva responsabilidade da Casa Civil de Sua Excelência o Presidente da República, diria apenas que, o senhor Presidente da República diz, e os órgãos locais aceitam. Atreve-se a dizer que, afinal, o senhor Presidente da República conhece muito bem o concelho de Mogadouro sem nunca ter cá estado. Conhece melhor o concelho do que os próprios órgãos locais, a própria Câmara, que nada tem a acrescentar à organização dessa visita. -----

----- Sobre as transferências para as autarquias locais, o senhor Vice-Presidente acabou por admitir que as transferências da Câmara para as Juntas de Freguesia, são de natureza política e, portanto, podem ser feitas a bel-prazer do executivo ou de qualquer vereador responsável pela área. -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, também usou da palavra para dizer que lhes fora distribuída uma Certidão, onde são referidas as palavras que passou a ler: “*Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia, afirmou que o que foi feito foi colmatar as diferenças (são palavras do senhor Presidente) entre elas, para poder acabar com as assimetrias, uma vez que havia algumas freguesias com tudo e outras sem nada, recebidas dos mandatos anteriores. Acrescentou ainda que foram transferidas todas as verbas a que tinham direito, e mais algumas, em função das necessidades, no sentido de corrigir assimetrias gritantes herdadas*”. Então pergunta: em relação a Ventuzelo, do que ali é dito, não lhe foi distribuída verba para ajudar à diferença de assimetrias, ou diferenças que existiam, antes pelo

contrário: não lhe deram nada. E, em relação a outras freguesias, que estavam muito melhor que Ventuzelo – e pode confirmá-lo – foram distribuídas verbas no montante de vinte mil euros. Então, tem razão em falar em “saco azul” – no bom sentido. Esta é que é a verdade, disse. -----

► **VÍTOR BATISTA** voltou a usar da palavra dizendo que já não sabia o que se estava a discutir naquele momento. Depois de esclarecido pelo senhor Presidente da Assembleia, continuou a sua intervenção dizendo ter ficado claro por parte do senhor vice-presidente da Câmara que, relativamente ao encerramento das escolas, questão que ele próprio levantou, já percebeu, porque ele foi bastante claro, em dizer que é o Ministério da Educação que quer fechar as escolas. É o Ministério da Educação que quer avançar com o encerramento das escolas até Janeiro de dois mil e seis e pede à Câmara que lhe ofereça as condições que tem. A Câmara vai dizer o que tem e o Ministério de seguida dirá, dentro daquilo que tem, o que realmente quer. O que foi solicitado à autarquia (daquilo que lhe foi dado perceber) é que lhe dissesse qual é a sua oferta, em termos de infra-estruturas que possa resolver o problema do Ministério (que é o encerramento das escolas). E, é ele que vai dizer se tem qualidade ou não, perante aquilo que a Câmara lhe vai oferecer. Agora, o que ele diz, é que é preciso ter cuidado, porque andarem a surgir propostas, feitas no joelho, sem passarem por um conselho legalmente constituído e com legitimidade para apreciar sobre essa matéria, é andarem a surgir propostas de constituição, não de pólos estrategicamente constituídos e infraestruturalmente concebidos para garantir qualidade e emprego, é andar a surgir propostas avulso, de concentração de alunos sem haver concentração com infra-estruturas. É lógico que se deve caminhar no sentido de trabalhar para conceber aquilo que o Conselho de Educação desenhou para o futuro da educação do concelho, e não andar aí a surgir propostas avulso, cinco, ou seis, ou sete agrupamentos, porque isso são meramente agrupamentos que vão criar o suicídio a curto prazo, quer da qualidade quer do próprio emprego dos professores. O que acha é que a Câmara Municipal foi confrontada pelo Ministério da Educação no sentido de lhe dizer assim: “eu tenho um problema; quero encerrar escolas; quais são as condições que me oferecem?” Depois das condições que lhe forem oferecidas, o Ministério vai escolher aquele e ver se tem ou não qualidade para implementar as medidas que pretende. Pensa ele que foi isso que o senhor vice-presidente quis definir. Reportando-se à intervenção do Deputado Municipal Manuel Tibério quanto à questão da chicana política, considera que já se está a entrar por acusações muito graves que, quando são personalizadas essas afirmações, é muito grave. E, também deixou dito que, “presunção e água benta, cada um toma a que quer”; dizer que a sua bancada é dinâmica: o dinamismo não se mede por mexer por rodopio, nem por corrupio. Mede-se pela qualidade e pela pertinência. Não é a

quantidade que mede a dinâmica. A dinâmica, neste caso, em termos físicos, pode ser realmente medida por esse corrupio mas, a dinâmica neste órgão, mede-se pela qualidade, pela pertinência das intervenções. -----
----- Quanto às transferências de capital, como já foi dito, aquelas que a lei exige, são transferidas pelo Estado. No entanto, a Câmara Municipal, à semelhança dos mandatos anteriores, já transferira um conjunto de verbas para disseminar esforços no investimento nas freguesias. E, como isto é da “boa-vontade” do executivo e por isso é que este executivo resolveu também aumentar essa comparticipação, comparativamente aos mandatos anteriores (mandatos ditos do PS). Se é uma boa-vontade do executivo, também é ele que deve definir as regras. Ele não acredita em regras avulso. Entende que devem existir critérios, que devem ficar claros quais são os destinos dessas ajudas, o que só se estabelece mediante um Protocolo acordado entre a Junta de Freguesia e a autarquia, onde é acordada a forma como vão ser aplicados esses dinheiros. Não concorda, portanto, com a transferência de duodécimos. Considera que nunca ouve outra autarquia tão benevolente e tão mãos largas na transferência de verbas. Se se for a fazer o historial dos últimos quatro anos, comparados com os outros mandatos, o volume de transferências foi largamente superior em comparação com outros anos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** chamou a atenção para o facto dos senhores deputados não estarem a cumprir com o que lhes havia solicitado no tocante às inscrições para uso da palavra, talvez por ser a primeira sessão do mandato, mas que, em futuras sessões, se tentaria cumprir o Regimento desta Assembleia. De seguida, voltou a dar a palavra. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** voltou novamente a intervir para falar novamente do encerramento das escolas. Referiu-se ao facto de ainda não se saber onde é o grande pólo, o grande edifício, o EBdois, a escola básica integrada, nem se vai ser construída. Se a Câmara assume a responsabilidade de começar a transportar as crianças, e os encargos com elas e as responsabilidades, nem sequer se sabe ainda quando irá ser começado. Criem-se primeiro as condições e depois transportem-se as crianças porque assim o ensino será melhor – disse. Outra coisa que lhe parece estar a dar certo conforto a este executivo PSD, é fechar as escolas num Governo Socialista, porque já houve outros Governos em que não conseguiram encerrar as escolas pelo facto de não terem condições e conseguiram segurá-las. -----

► **ALTINO ALEIXO** começou por agradecer ao senhor Vereador João Henriques pelo seu brilhante discurso político mas, como todos sabem, neste país, os políticos não têm (falando em termos correntes), grande pujança. Não pretende falar ali de “sacos azuis”, porque desde o “Vinte Cinco de Abril”, em Mogadouro, e nesta Câmara, o muito que poderia haver era “Sacos Laranjas” ou “Sacos Rosas” – “Sacos Azuis” nunca

houvera. Não iria falar também na visita do senhor Presidente da República – para uns está bem; para outros está mal – mais coisa menos coisa. Queria falar na saúde no concelho de Mogadouro e, particularmente, no Centro de Saúde. É seu costume dizer aquilo que pensa, e pensar aquilo que diz, embora muitas vezes não pense bem aquilo que diz, mas isso acontece a todos, porque, muitas vezes as pessoas têm o coração à beira da boca. Em relação ao Centro de Saúde e às Urgências, não vai dizer aquilo que pensa porque, senão, toda a gente se revoltaria contra ele, inclusive o seu concelho em geral (passado algum tempo, não tinha dúvida nenhuma que lhe daria razão). As urgências existem se forem lá utentes (os utentes têm de se dirigir às urgências); mas se as urgências se dirigissem aos utentes, aí as pessoas já parariam um bocadinho. Referiu o facto de ter ajudado a salvar a vida a uma pessoa que ainda hoje é viva que, em termos normais, e num Sábado de manhã (se fosse num Sábado ou num domingo de manhã chegaria ao Hospital de São João – uma das maiores Urgências do país – em cerca de quatro, máximo cinco minutos). Nos dias de semana e às oito horas da manhã, provavelmente, demoraria meia hora em carro particular, ou mais. Acontece que uma filhita de sete ou oito anos (naquela altura) chegou-se ao pé dele a dizer-lhe que o pai estava muito mal e a mãe não estava em casa; viu o dito vizinho deitado na cama e de imediato ligou para o cento e doze e daí a uns três minutos estava o carro à porta; fizeram o tal desfibrilhamento e, a partir dali, encaminharam-no. Como é do conhecimento de todos, se aqui se tem um acidente na estrada, telefona-se para os Bombeiros, para o cento e doze, ele vai lá, chega ao Centro de Saúde e segue para fora; se ele seguisse directamente do local do acidente para onde seguiria depois, não passando pelo Centro de Saúde, provavelmente salvar-se-iam algumas vidas. Quer que pensem nestas histórias, não se vai fazer nenhum cavalo de batalha nisto de fecha, abre e não abre mas, agora sim, deve-se fazer um Cavalo de batalha noutra sentido, segundo lhe consta, é num tribunal. Aí sim, deve-se fazer um cavalo de batalha porque ele não está a ver um caso em Mogadouro, sem tribunal, que se vá ler uma sentença aqui na Câmara, ou nos Bombeiros ou noutra lado qualquer. Aí sim, aí é que acha que todos devem estar unidos e trabalhar para conseguir manter aquilo que têm. -----

► **JOSÉ JOAQUIM PINTO**, Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo, voltou novamente à tribuna para responder ao senhor vice-presidente, que não era preciso ele propor à EP pois que ali estava a propor a sua intenção e seria dali que ia o andamento para qualquer lado. Só depois é que as entidades, se o entendessem, é que encaminhavam aquilo. Quanto ao Largo da Feira, só agora lhes deram conhecimento do que vai ser feito. Quanto ao Matadouro, ele não propunha que fosse só este concelho a fazê-lo. Considera-se uma pessoa humilde e diz que não são as arrogâncias que o assustam. O que ele ali fala é para bem do concelho; não é o facto de estar

deste lado ou daquele. Está como sempre esteve, fez as suas intervenções quando tinha que as fazer. Quanto às verbas, ainda não ouviu ali queixar-se ninguém do outro lado, e naturalmente que há queixas. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou que tinha uma pequena surpresa de Natal para os senhores Deputados e, se assim o entendessem, seria apresentada após a próxima intervenção da Câmara Municipal, seguindo-se depois uma interrupção para o período do almoço, prosseguindo os trabalhos da parte da tarde. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, mais uma vez representada pelo senhor Vice-Presidente, começou por responder ao senhor Deputado Municipal Aníbal Moreno perguntando-lhe se tinha percebido o que ele tinha dito, ou se não tinha querido perceber. Repetiu que, aquilo que dissera, foi que as transferências de capital – e que quando fizera referência a dinheiros que tinham de receber, é porque a disponibilidade financeira não existe. Só depois de entrarem esses dinheiros é que terão disponibilidade financeira para poderem fazer as transferências para as Juntas de Freguesia. Portanto, não é dinheiro que vem para pagar às Juntas de Freguesia; é dinheiro que o Município já pagou e que está à espera de receber capital para ter disponibilidade financeira. Em relação ao Plano de Actividades, é que ele, naquele tempo, era olhado e era escolhida a obra que o executivo achava que “aquela” Junta devia fazer – e isso continuam a achar que não. Não é questão só das transferências de capital por apresentarem o Plano de Actividades: não, é apresentarem o Plano de Actividades e fazerem-se acordos de colaboração (ou contratos-programa, conforme lhe quisessem chamar) para efectuar determinado tipo de obras. É esse o caminho que a Câmara tem que percorrer, e é esse que vai ter de percorrer. -----

----- Em relação ao que foi dito pela senhora Deputada Municipal Antónia Moura, voltou a dizer que não lhes dava nenhuma satisfação, nem nenhum conforto, ser o Governo do PS que quer encerrar as escolas. A ele dá-lhe é um grande desconforto que elas encerrem, seja qual for o Governo. Particularmente, não tem nenhuma satisfação que seja o PS ou que seja quem for. Mas, como falou ali em sete pólos, gostaria de saber o que é aquilo de sete pólos, pois ele não sabe. Além disso – por aquilo que diz o Ministério, que escolas com menos de vinte alunos encerram – não conhece sete escolas que tenham menos de vinte alunos. E também pressupõe transporte? Então está tão preocupada de ter de se fazer o transporte para Mogadouro e não se preocupa em ter de se fazer o transporte para outros pólos porque não é uma escola que tem os vinte alunos – são vários sítios que tem de se fazer o transporte para outra escola. Portanto, a questão do transporte não se coloca porque eles vão ter sempre que ser transportados: ou para outro pólo, ou para Mogadouro, ou para Bemposta, ou para Castro Vicente – a questão é só essa. Em relação a isso ele não se esquece de nada; o Ministério é que se esquece. Volta a dizer que, em relação às escolas,

aguardam que o Ministério diga o que quer fazer, pois é ao Ministério que compete essa situação e aquele terá oportunidade de dizer o que quer fazer. O Município de Mogadouro, se tiver que ser chamado a dizer alguma coisa, a única coisa que pode fazer é defender aquilo que está aprovado por unanimidade, que é a Carta Educativa do Concelho. Mais não se pode fazer enquanto os senhores Deputados Municipais ali não apresentarem outra proposta de alteração da Carta Educativa. Até aqui, nada está ainda decidido: basta o Ministério dizer que continuam todas como estão e tudo continuará como está. Parece que ainda não perceberam que é o Ministério que coloca os professores. A Câmara até pode dizer que aquela escola não encerra mas, depois, o Ministério não coloca lá professores. Pode ser que, com a delegação de competências que o Governo venha a fazer para as Câmaras Municipais, que chegue a um ponto em que é a Câmara Municipal que coloca os professores nas escolas - mas ainda não é. Os senhores professores são colocados pelo Ministério e é este que lhes paga. O que ele tem sentido, é que há desconforto por parte de alguém por ser o PS o Partido que quer encerrar as escolas, e querem atirar com a responsabilidade para cima da Câmara, para os que estiverem aqui mais à mão. Isso não! Estamos todos no mesmo barco, disse. -----
----- Em relação àquilo que foi dito pelo Deputado Municipal Luís Tibério, também lhe diz que parece que fala uma linguagem diferente daquela que o senhor Deputado ouve; deve ser uma questão de descodificação. Ele explicou aquilo que se passou com a visita do senhor Presidente da República; disse que o senhor Presidente da República queria entrar por um lado e sair pelo outro, nem ao município vir; conseguiu-se que ele viesse ao Município; conseguiu-se que ele fizesse algum tipo de coisas; não se conseguiu que ele fosse à Santa Casa da Misericórdia. Agora, dizer que o senhor Presidente da República sabe que tem gente fraca deste lado ... bem, fraca não - disso nem valia a pena falar - que não diziam nada (foram as suas palavras, que estão gravadas). Isso não! Tem gente forte e tem gente que dialoga do outro lado. Agora, o que não podem é dar ordens ao senhor Presidente da República a dizer que tem de ir a determinado sítio - isso não podem. Sobre o senhor Presidente da República já se falou mais sobre ele do que o tempo que ele cá esteve no concelho. Nem vale a pena falar mais, pois acha que isso é um assunto para se pôr ponto final nessas circunstâncias. Falou que as transferências de capital são de natureza política - com um sorriso. Pois são - assume-o. Mas não são de natureza partidária. Porque, política, faziam todos os que ali estavam. Cada um tinha sido eleito para defender a sua política. Foram eleitos para defender politicamente as opções. Agora, o que as transferências, neste executivo, não são, é partidárias - o que é completamente diferente. Felizmente, continuam a ser políticas. -----
----- “Saco Azul” no bom sentido, Deputado Cândido Fernandes? “Saco

Azul” já tem um estigma negativo. Portanto, não há “Saco Azul” no bom sentido. Cada vez que se falar em “Saco Azul” no bom sentido, isso é uma coisa que não existe. -----

----- Por fim, e porque o tempo já ia avançado, queria agradecer ao senhor Deputado Municipal Altino Aleixo por chamar brilhante ao seu humilde discurso, que também disse que o povo está habituado com a falta de credibilidade dos políticos. Mas, afirmou, não foi ele que contribuiu para isso. Normalmente, a falta de credibilidade é quando se é eleito por um Partido, depois se salta e é eleito por outro Partido, e depois anda e tal, isto é que é falta de credibilidade. Até hoje, ele só foi eleito por um Partido e, quando não está disponível, não vai. Essa é que é a questão que vão ter de resolver, mas não consigo, porque está ali no seu cantinho sossegado em relação a isso. E, em relação àquilo que ali foi dito sobre o Centro de Saúde e o Tribunal, espera, mas espera sinceramente, que não seja essa a opinião do Partido Socialista. Espera que seja uma opinião pessoal, sua, mas que não reflita a opinião do Partido Socialista porque essa, se for a opinião do Partido Socialista, então muito mal vamos nós. Porém, quer acreditar que não é essa a opinião do líder parlamentar do Partido Socialista aqui nesta Assembleia, pois que é a ele quem compete traçar as linhas de orientação mestra do discurso do próprio Partido. Entende-a como uma opinião sua, pessoal, mas não a quer entender como opinião do Partido Socialista, disse.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu-se à proposta apresentada na mesa pelo Partido Socialista, a qual leu de novo. Finda a sua leitura declarou abertas as inscrições para uso da palavra sobre este assunto. -----

► **ANÍBAL MORENO** voltou de novo à tribuna para dizer que o Grupo Parlamentar do PS pretendia com aquela proposta que se clarificasse a forma de transferir aquelas verbas para as Juntas de Freguesia e também, no fundo, vai de acordo àquilo que o líder do Grupo Parlamentar do PSD ali exprimiu, há bem pouco tempo, dizendo que, de facto têm de haver critérios e é isso que ali vêm propor: que haja um critério para a distribuição dessas verbas pelas Juntas de Freguesia, ou seja os critérios - que já estão consignados em lei - que são os critérios do Fundo de Financiamento para as Juntas de Freguesia. São esses critérios que defendem, que sejam também utilizados para as transferências de capital. No fundo, a novidade que existe, será o momento a partir do qual se dão essas transferências. Entendem que, para evitar o arrastar no tempo, que essas transferências se façam em duodécimos, mas também aceitam que, em vez de ser todos os meses, que seja de dois em dois meses ou, no máximo, de três em três meses. O critério essencial é a questão das transferências serem feitas em função dos critérios do Fundo de Financiamento das Freguesias porque aí, a partir do valor global, que é aprovado em Orçamento, todas as Juntas de Freguesia sabem claramente qual é a quota que lhe corresponde; não há outro critério: há é aquele que

está consignado na lei de transferência, ou seja o fundo de Financiamento das Freguesias. -----

► **VÍTOR BATISTA** concorda que têm de existir critérios; o que não concorda é com aquele critério, com aquela proposta. Se, na mesma lógica em que disse que era a autarquia que decidia se dava a dobrar ou a triplicar, ou quanto é que dava, também é a autarquia, é o executivo, que deve clarificar, e até apresentar ali uma proposta a esta Assembleia, mas que a proposta surja do executivo porque é ele que realmente define a atribuição destas verbas. Está de acordo quanto à existência de critérios, mas não está de acordo quanto àqueles duodécimos. Ou são duodécimos, ou não são. Pelos vistos agora já eram duodécimos de dois em dois meses ou de três em três meses. Aquilo já não seriam duodécimos porque, para serem duodécimos, teriam de ser transferidos todos os meses. Voltou a afirmar que concordava com critérios mas que não concordava legitimamente com esta proposta. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** verificando não havendo mais interessados em usar da palavra foi de seguida posta à votação a Proposta apresentada pelo Partido Socialista, a qual ficou prejudicada com trinta e um (31) votos contra, dezoito (18) votos a favor e nenhuma (0) abstenção. -
----- De seguida, anunciou que, dado o adiantado da hora, os Trabalhos ficariam suspensos, recomeçando os mesmos às catorze horas. -----
----- Comunicou ainda que pretendia reunir com os representantes dos dois Grupos Parlamentares para se chegar à conclusão da interpretação do Regimento relativamente à questão da inclusão ou não dos dois pontos na presente Ordem de Trabalhos. -----

----- II PARTE -----

----- Pelas catorze horas foram retomados os trabalhos, procedendo-se de imediato à chamada para verificação da existência de quórum, estando presentes cinquenta elementos dos cinquenta e sete que constituem esta Assembleia: -----

----- Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Alfredo Justino Ribeiro, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Carlos Alberto Telo Figueira, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Elisiário Emílio Cancela, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro (ausentou-se posteriormente às dezasseis horas), Tiago Calejo das Neves Varandas, Vítor Manuel Purralo Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, António Joaquim

Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luís, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora e Alzira Paulo Afonso. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** verificada a existência de quórum prosseguiu com os trabalhos, apresentando o ponto a seguir na Ordem de Trabalhos: -----

----- **2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **2. 1 *Análise e deliberação sobre o “REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO”*** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu-se ao facto de, na primeira reunião desta Assembleia, se ter distribuído por todos os eleitos um exemplar do Regimento da Assembleia, partindo do princípio de que teria sido minuciosamente estudado, estando por isso preparados para propor as sugestões que entendessem necessárias. Referiu-se também ao facto da Mesa ter reunido com representantes dos Partidos Social Democrata e Socialista para análise do mesmo. Dado aquele Regimento traduzir na íntegra a lei vigente, há apenas algumas pequenas alterações que serão submetidas à apreciação desta Assembleia. -----

----- De seguida, mencionou as alterações a propor: -----

----- Primeira alteração – na página dezanove, artigo dezoito (“Competência da Assembleia”), ponto quatro, alínea “C”, ficará com a seguinte redacção: “*Deliberar sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, de acordo com a lei*”. Colocou de seguida esta alteração à votação a qual foi aprovada por unanimidade. -----

----- Segunda alteração – na página vinte e sete, artigo vinte e três (“Competência do Presidente”), propõe-se a inclusão da alínea “r” que ficará com a seguinte redacção: “*Integrar o conselho Municipal de Educação*”. Esta nova alínea provém da imposição do Decreto-Lei número sete barra dois mil e três, de quinze de Janeiro, que refere como competência do Presidente da Assembleia a obrigação de integrar o conselho Municipal de Educação. -----

----- Como ninguém levantasse objecções, foi esta alteração proposta a votação, tendo a mesma ficado aprovada por unanimidade. -----

----- Terceira alteração – na página trinta e oito, artigo quarenta e cinco (“Participação dos Membros da Câmara nas Sessões da Assembleia Municipal”, número três, que diz: “Os Vereadores podem, ainda, intervir no fim da reunião para o exercício do direito de defesa da honra se tal não lhe for

possível no decurso dos trabalhos”, propondo-se que passe a vigorar com a seguinte redacção: “*Os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra*”, ficando textualmente de acordo com a redacção do número cinco do artigo quarenta e oito da lei cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- De seguida perguntou se alguém pretendia intervir, tendo-se manifestados interessados os Deputados que se seguem: -----

► **VÍTOR BATISTA** foi o primeiro a usar da palavra para dizer que não concordava com esta alteração porque entende que, da forma como está não vai contra a lei. Aquando da reunião com a Mesa da Assembleia e o representante do outro Grupo Parlamentar para debater este assunto também não havia concordado com esta alteração, tendo apenas concordado que ela fosse apresentada nesta Assembleia para ser avaliada e discutida. Entende que um Regimento não é uma transcrição exacta da lei porque, se assim fosse, não seriam necessários os Regimentos uma vez que já existia a lei. Um Regimento é um conjunto de regras que vão regular o funcionamento deste órgão sem ferir a lei. Não concorda com esta alteração porque, com a actual redacção, o vereador continua a ter oportunidade de defesa da sua honra, o Regimento apenas estabelece como o deve fazer. Sendo assim, é de opinião que se deverá manter a mesma redacção. -----

► **ANÍBAL MORENO** disse ter julgado que se tinha chegado a um acordo da revisão do Regimento sobre aquela matéria, estranhando agora a posição do colega da Assembleia, tanto mais que, a proposta que está a ser feita é pela Mesa, a qual assumiu aquelas alterações e, como tal são essas propostas que está a apresentar. Além do mais, quando se diz que não há necessidade desta alteração, porque está contemplada, de facto está contemplado mas, a forma como está contemplada, está contrária à lei e a lei foi alterada. O que anteriormente dizia o cento e sessenta e nove barra noventa e nove, era que os vereadores podem ainda intervir para defesa da sua honra no final da reunião; o cinco-A foi alterado e suprimiu a expressão “no final da reunião”. Se o legislador não quisesse que essa alteração produzisse efeitos, deixava estar a lei conforme estava. Se, em função do que diz o Deputado Vítor Batista, ela tem o mesmo efeito, o legislador não precisava de fazer qualquer alteração, mas fê-la porque se apercebeu de que, conforme estava, criava alguns constrangimentos aos vereadores da oposição sempre que a sua honra fosse posta em causa porque ficava ao livre critério de quem está a presidir aos trabalhos de lhe dar a palavra naquele momento ou no fim da reunião porque a lei e o Regimento diziam que podia intervir no final da reunião. Acha que, para fazer uma intervenção numa altura em que está a ser posta em causa a sua honradez, tem de ser no momento em que ela está a ser posta em causa; não pode ser desfasada do tempo, não se pode dar a palavra passada meia hora ou duas horas, que já ninguém se lembra do que se passou. Daí que pretendessem

fazer esta alteração, de acordo com a lei; não se está a ferir nenhuma lei, antes pelo contrário, está-se a adaptá-lo à lei vigente. Nesse mesmo sentido, já em vinte cinco do nove de dois mil e dois, quando na altura leu o Regimento, e na qualidade de Vereador, endereçou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal – na altura o doutor João Henriques – esta questão, para que se adaptasse o Regimento, neste ponto, ao que a lei tinha consignado. Por outro lado, a introdução da alínea “r” no Regimento, conforme lei que o senhor Presidente da Assembleia referiu, não era necessário introduzir essa alínea no mesmo para que o senhor Presidente da Assembleia tivesse assento no Conselho Municipal, no entanto, introduziu-a porque quer, de facto, que fique o Regimento de acordo com a lei. Foi por isso que também ele, na altura, tinha proposto que o Regimento ficasse de acordo com a lei. Então, porque é que se introduz essa alínea, quando não era necessário, porque, pela lei, tinha assento, não era preciso estar a incluir-se no Regimento. Então incluem-se umas coisas e não se incluem outras, perguntou. Pensa que se deve incluir aquilo que, de facto, a lei prevê e, neste caso a lei quis alterar o número cinco da lei das autarquias locais. Pensa que a proposta que está a ser apresentada é uma proposta da Mesa e como tal, na altura entendeu que ficou sanado o problema porque toda a gente entendeu que era uma proposta que a Mesa devia ter feito e com a qual concordou, bem como o Deputado Municipal Vítor Batista também concordara, embora neste momento já não concorde. A Assembleia decidirá, disse. -----

► **VÍTOR BATISTA** voltou a usar da palavra para dizer que, naquela altura, não se fizera nenhum pacto, tendo apenas concordado que, depois de uma acesa discussão – o senhor Moreno tinha uma posição e ele tinha a dele – se avançasse com o processo, que fosse até apresentado pela Mesa e que fosse então apreciado pelo órgão. Esse foi o seu entendimento, num acto democrático, para não cortar logo ali, à partida, a possibilidade de ser apresentado para discussão. O seu único compromisso foi de que este assunto avançasse sim, de ser apresentado para ser discutido; não foi seu compromisso vincular a concordância com o texto ou não. Lembra mais uma vez que um Regimento não é uma transcrição da lei. Um Regimento é um documento que rege o funcionamento de um órgão de forma a não ferir a lei, e aqui não fere, porque diz que os vereadores podem, para o exercício do direito da sua honra, ter a sua intervenção. Agora, quando diz que o legislador tinha esse objectivo, não sabe, por acaso aquele Deputado conhece o legislador, ou falou com ele, perguntou. É que ele pode ter outra leitura: o legislador, ao alterar – porque, conforme estava, dizia assim: vai para o final – o que não era democrático. Porque, uma Assembleia, doutro sítio qualquer, poderia dizer que preferia que fosse no meio, ou noutra sítio qualquer. No texto anterior o legislador tinha a obrigação de ser no final e

deu a possibilidade de ser estabelecido o direito quando realmente o órgão entendesse. -----

► **ABEL BARRANCO** disse ter prescindido de intervir anteriormente porque achava que o Deputado Municipal Vítor Batista tinha explicado o que tinha sido dito e combinado numa reunião havida com a Mesa da Assembleia e os representantes dos partidos ali presente. Neste momento, achava que deveria falar por achar que o Deputado Municipal Aníbal Moreno havia entendido mal. Se bem se recordasse, ele foi dos principais a recusar a referida alteração porque achava que não fazia nenhum sentido, na medida em que a redacção anterior defendia mais a posição dos vereadores do que a actual. Precisamente por isso, não entende porque o Deputado Moreno veio dizer que a Mesa tinha aceitado a alteração, quando eles apenas tinham aceitado apresentar a alteração a esta Assembleia. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou a seguir da palavra, começando por dizer que, a parte da manhã se tinha perdido ali em intervenções que não deviam ter sido feitas: na assessoria do Presidente da República, na Casa Civil do Presidente da República, na Assembleia da República e no Conselho de Ministros; tratou-se pouco de assuntos municipais propriamente ditos. Agora que já aterraram, que já estão todos cá na terra a tratar de assuntos que lhes dizem directamente respeito, e, para sanar este incidente, acha que se deve permitir aos senhores Deputados, pretensamente ofendidos na sua honra, que intervenham no fim, no princípio, no meio, ou oito dias depois, e o assunto fica arrumado. Intervinham em qualquer momento e pronto. ----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** depois desta intervenção, usou da palavra para dizer que não faria sentido nenhum – e é uma promessa que ali deixa – que, sempre que algum dos senhores Vereadores seja ofendido, tem todo o seu apoio para usar de imediato a palavra em defesa da sua honra porque gostaria que fizessem o mesmo consigo. -----

----- De seguida, procedeu à leitura da proposta que a Mesa se propunha apresentar para votação: “PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA NAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – OS VEREADORES PODEM AINDA INTERVIR PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA DA HONRA”. -----

----- Antes da votação, pediu para usar da palavra o Deputado Municipal que se segue: -----

► **ANTÓNIO LUÍS BERNARDO MARTINS** usou da palavra para dizer que achava estar ali a haver um mal entendido que não se justificava porquanto, o ponto três, já é bem claro, pois permite aos Vereadores exercerem a defesa da sua honra. Considera que o ponto é muito claro quando diz: os Vereadores podem ainda intervir no final da reunião para o exercício do direito de defesa da honra, se tal não lhe for possível no decurso dos trabalhos. No seu ponto de vista, esta redacção já diz tudo – “se tal não lhe for possível no decurso dos trabalhos”. A sua interpretação é a de que o ponto está correcto, não precisando de ser alterado. Entende que

a Mesa o deve por à votação, pelo que apela à bancada do PSD que não altere o ponto, que se mantenha conforme está. -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** também quis usar da palavra porque ainda não estava esclarecido. Perguntava se a actual redacção permitia que qualquer Vereador pudesse intervir durante a sessão quando a sua honra está em causa. -----

► **PRESIDENTE DA MESA** disse que não queria deixar dilatar aquele ponto pois, de contrário, estariam ali toda a tarde. O que estava em causa era a alteração que se propunha, de acordo com a proposta já lida e que vai de seguida ser posta à votação. Esta proposta ficou prejudicada com vinte e oito (28) votos contra, duas (2) abstenções e dezoito (18) votos a favor. ----
----- Declarou de seguida que, como Presidente da Mesa, assumiria o compromisso de dar a palavra de imediato a qualquer dos senhores Vereadores ou Deputados Municipais quando se vissem ofendidos na sua honra. -----

----- Usou ainda da palavra o Deputado Municipal Ilídio Martins: -----

► **ILÍDIO MARTINS** para dizer que, sem desprimor pela vontade do senhor Presidente da Mesa tem de admitir que amanhã poderá ele não estar naquele lugar, por razões diversas, espera bem que não por razões definitivas, mas por qualquer impedimento pessoal, e que seja uma das outras pessoas, que não assumiu nenhum compromisso – o que também não se exige – ou por razões institucionais. Todos vivem de boa-fé mas, o que é certo é que deverão ter regras fixas para que as coisas se pautem da melhor maneira possível. Não está em causa a sua honorabilidade, o que está em causa é uma questão de regras e lógica de condução de assembleias, não de boas intenções. -----

► **PRESIDENTE DA MESA** respondeu de seguida que esta deliberação não prejudica em nada a intervenção dos senhores Vereadores. -----

► **ILÍDIO MARTINS** voltou à tribuna para dizer que, se as decisões desta casa ficam dependentes da sua boa-vontade, é muito curto. Não é a sua boa-vontade que é curta – é curta a deliberação. É curto porque é uma intenção pura, não diz mais nada. -----

► **PRESIDENTE DA MESA** declarou de seguida encerrado este ponto e, como não houvesse mais intervenções nem mais propostas de alteração, e correspondendo os restantes artigos à lei geral, não via nenhuma necessidade de fazer outra alteração pelo que irá propor de seguida a aprovação do Regimento na generalidade, já com as alterações introduzidas. Finda a votação, ficou o Regimento aprovado por unanimidade. -----

----- De seguida passou ao ponto seguinte na Ordem de Trabalhos: -----

----- **2. 2 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da***

Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

----- Neste momento, o Presidente da Mesa foi interrompido pelo Deputado Municipal Aníbal Moreno que pretendia pôr um ponto de Ordem à Mesa para chamar a atenção do facto do Regimento não ter sido posto à votação na generalidade, ao que o Presidente da Mesa respondeu que aquele Deputado tinha estado distraído porque se tinha acabado de proceder a tal acto, conforme constava na gravação. -----

----- Da bancada, o Deputado Municipal Aníbal Moreno fez questão de deixar em Acta que votava contra a aprovação do actual Regimento. -----

----- O Presidente da Mesa referiu que era um voto à posteriori, mas que tudo bem, ficaria o seu registo. -----

----- Ainda da bancada, voltou a interpelar a Mesa sobre qual a razão de tal rapidez na aprovação global do Regimento, uma vez que para as alterações se fizeram três votações para a mesma alínea? -----

► **PRESIDENTE DA MESA** disse estar a entender que o Deputado Municipal estaria a querer intervir na direcção da Mesa, nos assuntos da Mesa, e também nas questões das decisões da Assembleia Municipal. Se o fazia, lamentava-o. De qualquer das formas, diz compreender a sua insatisfação pelo facto de estar distraído; agora, que procedeu correctamente, procedeu. Poderia ouvir de imediato a gravação se assim o desejasse. Não teve em mente estar a correr. O que tem é de andar com os trabalhos para a frente. Não pode estar ali parado, à espera que os senhores acabem de discutir com os colegas do lado. O que o senhor Deputado poderia fazer era uma declaração de voto que ficaria apensa à acta. -----

----- De seguida, voltou a referir-se à informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, pelo que deu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do documento. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo senhor Vice-Presidente, João Henriques, que disse que lhe tinham chamado a atenção lá fora para o facto de ter falado muito alto, pelo pedia que tirasse o som do microfone pois lhe chegava a sua voz. Disse que sempre fora um hábito as Assembleias a seguir ao almoço serem muito mais agitadas do que antes de almoço; já não era só de agora. Relativamente à informação do senhor Presidente, ao abrigo da lei, e oportunamente enviada aos senhores Deputados, e também conforme leitura que provavelmente já teriam feito, a esse propósito nada mais havia a acrescentar, prontificando-se para responder a qualquer questão que ali fosse posta. Esclareceu contudo, que, na folha seis, entre o dia vinte nove de Novembro e o dia nove de Novembro, onde estão aqueles pontinhos – para que não possa haver a ideia de que o senhor Presidente da Câmara é omnipresente e está em vários locais no mesmo dia e à mesma hora – daquelas estrelinhas até às

outras de baixo, foram actividades que ele próprio desenvolveu; a partir da outra linha por baixo dos tracinhos, foram actividades que ele próprio desenvolveu, a partir da outra linha de baixo dos tracinhos, foram actividades que o Vereador Pimentel desenvolveu e, a partir da página sete, das outras estrelinhas, foram actividades que o Vereador Dário levou a efeito, pelo que agradece que possam corrigir essa falha onde não está mencionado quem é que as executou. Posto isto, não estranhem que haja actividade desde o dia oito de Setembro, porque foi desde essa altura que houve a última assembleia municipal e, portanto, o senhor Presidente apresenta ali a actividade tanto ainda no resto do anterior mandato (desde a última assembleia) até ao início deste mandato e até esta assembleia. Na segunda parte, vem a situação financeira do Município, um mapa, que nos diz qual é a dívida em vinte nove do onze de dois mil e cinco, há treze dias atrás: a fornecedores – seiscentos e cinquenta mil euros; a empreiteiros – dois milhões duzentos e vinte seis; empréstimos em dívida – cinco milhões quinhentos e sessenta e nove; encargos para o presente ano – trinta mil, o que dá oito milhões quatrocentos e setenta e seis mil euros, e em que ainda há um saldo de tesouraria na ordem dos seiscentos e cinquenta mil euros de operações de tesouraria – o que não quer dizer que o dinheiro esteja disponível (só para responder ao sorriso do Deputado Aníbal Moreno). Ele sabe bem o que isto quer dizer, destas Operações de Tesouraria e sabe bem que não quer dizer que seja dinheiro líquido. Dito isto, está pronto para responder ao que entenderem sobre este documento. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto. Como não houvesse interessados, passou ao ponto a seguir na Ordem do Dia: -----

----- **2. 3 Análise e deliberação sobre “GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O EXERCÍCIO DE 2006 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO”**: -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** de seguida deu a palavra à Câmara para a apresentação deste ponto. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vice-Presidente, João Henriques, com referência ao assunto em discussão, disse o seguinte: -----

----- “As Grandes Opções do Plano para dois mil e seis não são mais que um conjunto de intenções, as quais consideramos fundamentais, necessárias e prioritárias para o desenvolvimento equilibrado do concelho. As opções deste executivo espelham-se tanto nas obras que se encontram em realização, bem como naquelas que estão eminentes, ou que irão iniciar-se mais tarde. São a face de uma grande parte das infra-estruturas, que permitem o desenvolvimento efectivo do nosso concelho. Assim, poderemos afirmar que orientaremos a nossa acção em três grandes pontos fundamentais: -----

----- Primeiro – acabar e pagar as obras que vêm do anterior mandato; ----

----- Segundo – protecção à Terceira Idade e aos mais desfavorecidos, através da reabilitação habitacional, Centros de Dia, encontros, passeios, etc.; -----

----- Terceiro – protecção aos mais novos, nas áreas da educação e desporto, nomeadamente na aplicação da Carta Educativa, bem como do Plano Estratégico Desportivo, já aprovados no anterior mandato. -----

----- Não deixamos de contemplar, digo, inscrever, nas nossas opções projectos de cultura, melhoramentos vários, águas e saneamentos, agricultura, indústria, ambiente e desporto, de entre outros. -----

----- Acreditamos poder manter o elevado nível de realizações a que temos vindo a habituar os Mogadourenses pois, com a nossa postura e perseverança, sempre temos conseguido sensibilizar o poder central para as nossas realizações, não havendo, por virtude da mudança do Governo, razões para pensar o contrário, pois estamos cientes das boas intenções e imparcialidade do Governo. Não nos podemos esquecer que estão reservados por este Governo, em PIDAC, para contratos-programa, cerca de cinquenta milhões de contos. Não é por isso que não temos que não apertar o cinto; antes pelo contrário. Ao analisarmos o que o Orçamento Geral do Estado nos proporciona, verificamos que, para dois mil e seis, dispomos de menos dinheiro. As dotações para dois mil e seis são as mesmas que para dois mil e cinco mas, primeiro: a inflação irá “comer”, pelo menos, dois vírgula três por cento desta verba; segundo: O IVA, ao subir de dezanove para vinte e um por cento, faz-nos gastar mais dez ponto cinquenta e dois por cento do que o valor que gastávamos com esta parcela; terceiro: o valor que a autarquia paga pelos seus funcionários à Caixa Geral de Aposentações sobe de dez para treze por cento, o que significa um aumento de trinta por cento em relação a esta rubrica. Só por estes três exemplos podemos perceber o quanto menos vai representar para o nosso município recebermos o mesmo do presente ano. Mas, senhoras e senhores Deputados, a saúde financeira do município está bem. Vamos ver, a título de exemplo, o que se está a passar neste ano de dois mil e cinco em relação às receitas previstas e executadas. A previsão das receitas de capital para este ano de dois mil e cinco foi de vinte e dois milhões duzentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e quarenta e dois euros; as receitas de capital arrecadadas até ao momento foram de sete milhões novecentos e dois mil trezentos e vinte sete euros, o que representa somente trinta e cinco ponto cinquenta e um por cento da taxa de execução (execução baixa). Mas não estamos muito preocupados já que o que temos a receber vai fazer subir, e de que maneira, este valores. Os devedores estão atrasados mas, como pessoas de bem que são, vão pagar. Apenas alguns exemplos do que acabo de afirmar: ainda não recebemos os apoios comunitários e do Estado, por nós já facturados e já pagos, em relação aos seguintes empreendimentos – de entre outros: Biblioteca Municipal; Casa

das Artes; Zona Envolvente do Mercado; Aeródromo; Abrigos; ETAR's; Águas e Saneamentos de várias aldeias feitas por administração directa; e o INTERREG referente, entre outros, aos Gorazes, a várias estradas, como a de Variz-Saldanha e de Vilarinho-Ventuzelo, bem como a Recta de Vale da Madre. Tudo isto referente ao presente ano de dois mil e cinco, pelo que o valor a arrecadar vai ser bastante mais alto do que o que se arrecadou até agora. Vejam portanto, senhoras e senhores Deputados que, quando recebermos estas verbas em causa, para onde irá a taxa de execução das receitas de capital. Mas, de taxas de execução, teremos oportunidade de falar na sessão de Abril do próximo ano, sessão essa destinada a tratar, segundo a lei, de entre outras coisas, do Relatório de Contas do presente ano. Para o ano dois mil e seis reduzimos o Orçamento em cerca de dez por cento, ou seja, aproximadamente, três milhões de euros. Acreditamos que a execução global para o próximo ano vai ser bastante elevada. Temos uma Câmara saudável do ponto de vista financeiro, o que nos permite assentar em bases reais e exequíveis as Grandes Opções do Plano para dois mil e seis. Nos documentos que V. Exas. receberam, via CD-Rom, que não foram disponibilizados em PDF, o que era desejável, isto é, em formato inalterável, pelo que chamo a vossa atenção para esse facto, podem ver a situação financeira da Câmara que podemos classificar de confortável, saudável, e até invejável. Podemos constatar que a dívida total, como se pode aferir do documento que consta no ponto dois ponto dois da Ordem de Trabalhos desta Assembleia, é, à data de vinte nove de Novembro, de oito milhões quatrocentos e setenta e seis mil quinhentos e quarenta e oito euros e três cêntimos, dividida grosso modo da seguinte forma: seiscentos e cinquenta mil euros a fornecedores; dois milhões duzentos e trinta mil euros a empreiteiros; cinco milhões quinhentos e setenta mil euros por empréstimos de médio e longo prazo. Nas dívidas aos empreiteiros, que representam mais do que um quarto da dívida total, verificam-se atrasos que vão, em média, de trinta a sessenta dias, pelo que são recuperáveis a um curtíssimo prazo. Os empréstimos, cujo valor é de cerca de cinco milhões e quinhentos mil euros, a pagar a quinze anos, foram contraídos da seguinte forma (os que ainda estamos a pagar): um em mil novecentos e noventa e quatro; três em mil novecentos e noventa e seis; três em mil novecentos e noventa e oito; dois em mil novecentos e noventa e nove, seis em dois mil e um; um em dois mil e dois; dois em dois mil e três; dois em dois mil e quatro e um em dois mil e cinco. Portanto, quinze destes empréstimos foram contraídos enquanto o Partido Socialista era Governo nesta Câmara Municipal. Este valor representa quarenta e sete por cento da capacidade de endividamento. Mas, senhoras e senhores Deputados, ao aplicarmos a lei, e a lei é para cumprir, o que conta para o endividamento são empréstimos não utilizados em obras participadas por fundos comunitários e, então, o endividamento da Câmara representa neste

momento, à face da lei, onze vírgula sessenta e dois por cento da sua capacidade de endividamento. Eu repito: neste momento, à face da lei, o nosso endividamento representa onze vírgula sessenta e dois por cento da nossa capacidade de endividamento. Estamos, portanto, na presença de uma Câmara financeiramente sólida. Estamos muito longe de esgotar a nossa capacidade de endividamento. É pois, neste cenário, que apresentamos aqui as Grandes Opções do Plano para dois mil e seis, que esperamos ver aprovadas”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra sobre o assunto em apreço. -----

► **ANÍBAL MORENO** foi o primeiro inscrito a usar da palavra, dizendo o seguinte: -----

----- *“Ao analisar o ponto da agenda “Grandes Opções do Plano para o Exercício de dois mil e seis – Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento”, estava plenamente convencido que todos os elementos da Assembleia Municipal estavam munidos dos documentos necessários ao cabal cumprimento das suas responsabilidades como Deputados Municipais para que foram eleitos. É, sem dúvida alguma, os instrumentos previsionais da vida do município de maior importância, como tal, não se pode deixar ninguém de fora na discussão desses documentos, ao não enviar a documentação sobre este ponto em suporte de papel, está-se a colocar grande parte desta Assembleia fora da discussão e análise do documento mais importante para a vida do município. -----*

----- *O Plano de Actividades e Orçamento, antes de ser aprovado pela Câmara Municipal devia ter sido submetido à apreciação da oposição, ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição – tal facto não aconteceu – foi sonogado esse direito à oposição, a lei não foi cumprida, o executivo municipal não respeitou o Direito de Oposição consignado na lei. -----*

----- *Em face do não envio da documentação em suporte de papel sobre este ponto, porque nada está legislado, quer seja em Leis, Decretos-lei, Regulamentos e/ou Posturas Municipais, que os documentos de apoio em suporte de papel serão substituídos por meios informáticos, solicitamos que a discussão e análise deste ponto seja retirado, para que todos os Deputados Municipais estejam munidos destes documentos em suporte de papel e agendada nova reunião para o efeito. -----*

----- *As ferramentas informáticas devem ser utilizadas quando delas resulte uma melhoria na informação para a tomada de decisão, no caso presente isso não acontece, antes pelo contrário, a visualização do CD através do programa “Bloco de Notas” deixa muito a desejar e, se pretender imprimir esta informação, mais deficiente se torna, não houve melhoria na informação, daí não se poder dispensar a documentação de apoio em suporte de papel. -----*

----- *Caso a Mesa da Assembleia Municipal persista em continuar com a*

discussão e votação deste ponto, sem que a falta de documentos em suporte de papel seja suprida, o Grupo Municipal do PS abandonará a sala enquanto durar a discussão deste ponto, regressando no ponto seguinte”. -

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu que a Mesa é democrata e como tal, tem de se basear nos fundamentos e nas decisões da Assembleia. A Mesa prosseguirá com os trabalhos e só os interromperá se a Assembleia o solicitar por maioria. -----

----- A seguir, dizendo que era por conveniência de informação, voltava novamente a dar a palavra à Câmara Municipal para melhor esclarecer as interrogações que foram colocadas. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador em regime de permanência João Henriques, disse que, além do cargo que está a exercer neste momento, também sente a responsabilidade por aquilo que foi aprovado na Assembleia Municipal passada. E, aquilo que foi aprovado na Assembleia Municipal passada, com o voto de muitos dos senhores que naquele momento ali estão sentados – a senhora Eugénia Cabanal, o Dulcíneo, Cândido Fernandes, Carlos Telo, a D. Joaquina Mariano, o José Joaquim Pinto, o Francisco Cordeiro, nomeadamente, daquela bancada – aprovaram que todos os documentos a enviar aos senhores deputados municipais seriam em base de CD e que se entregaria aos senhores líderes de cada grupo parlamentar um suporte em papel para os senhores organizarem, até por proposta do engenheiro Manuel Varandas, enquanto elemento daquele órgão. “Se os senhores não honram os vossos compromissos, as atitudes ficam com quem as pratica”, disse. -----

► **ANÍBAL MORENO** voltou a usar da palavra para referir que, como havia dito, não houve nenhuma Postura, nenhum Regulamento aprovado por esta Assembleia, nem uma proposta. Aliás, nenhuma proposta foi votada para a Assembleia seguir essas directrizes, que seria, a partir do momento, enviar o CD e suporte de papel e, a partir de outra assembleia, seria só em CD-Rom. Nenhuma Proposta foi votada. Esse era um entendimento da anterior Mesa da Assembleia (que neste momento não tem qualquer eficácia – teria na outra Assembleia). Agora, se tem aprovado uma Postura, ou um Regulamento para o efeito, eles teriam que o respeitar. No caso concreto, não houve Proposta nenhuma votada, não houve Regulamento nenhum aprovado, não houve nenhuma Postura Municipal aprovada. Portanto, a esta Assembleia – e esta é que está a discutir o assunto, não é a anterior – teria que ser fornecida toda a documentação em suporte de papel o que, no caso vertente, não lhe foi fornecido. -----

► **PRESIDENTE DA MESA** disse a seguir que pensava que a ideia de ser fornecida a documentação em suporte digital é porque se sente a necessidade de se adiantarem mais nas novas tecnologias, embora compreenda a posição do senhor Deputado Moreno. O certo é que os Grupos Parlamentares receberam toda a informação em papel, partindo do

princípio de que os respectivos Grupos Parlamentares talvez fizessem a reunião de preparação desta Assembleia, onde tinham naturalmente um documento de suporte para se poderem basear e fundamentar; se assim não o fizeram, aquilo que está, está. O que no futuro se poderá fazer é perguntar a esta assembleia se realmente querem continuar a receber toda a fundamentação técnica dos documentos por suporte CD-Rom ou suporte em papel. Neste momento é o que há, pelo que se vai continuar com os trabalhos. Se porventura não estivessem interessados em debater o assunto presente na modalidade em que está, também nada tinha a dizer. Os senhores Deputados eram responsáveis pelos actos que praticavam. De seguida, deu a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Porco. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou a seguir da palavra para dizer que, talvez por lapso, não recebera o CD-Rom. Ignorava se haveria mais alguém nas suas circunstâncias, mas ele não recebera o CD-Rom nem o papel, pelo que não tinha elementos que lhe permitissem discutir o assunto. Informou também que lidava melhor com papéis do que com CD-Rom`s e computadores pelo que era um dos que preferia receber em papel. -----

----- A partir desta altura, ausentaram-se da sala os senhores Deputados do Partido Socialista, com excepção dos senhores Ilídio Martins, Maria Joaquina Mariano, José Joaquim Pinto, o Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhos e o Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta. Decorridos onze minutos, ausentou-se também o senhor Presidente da Junta de Bemposta. -----

► **VÍTOR BATISTA** usou a seguir da palavra para dizer que aquilo havia atingido níveis que já nem sabia como classificar porque, realmente, a proposta, quando foi aprovada, tinha um princípio que era uma medida até em prol do ambiente. Imagine-se as árvores que são abatidas para permitir que seja fotocopiada o enorme volume de documentação que todos conhecem, e que se tem consciência, que depois segue para o lixo. Aquela era uma medida nobre, era uma forma de também se aproveitarem as novas tecnologias que estão ao nosso dispor. Fica muito triste quando se levam as coisas àqueles extremos. Na verdade, quem é prejudicado é o concelho por não quererem participar neste tipo de debates que são importantes para o concelho. Pensou que, com esta renovação da Assembleia existisse um novo fôlego e, como aquilo que já tinha apelado anteriormente, novos desafios se avizinhavam, mas estava a verificar que esta Assembleia não vai pelo melhor caminho, não vai pelo caminho democrático, não vai pelo caminho do desenvolvimento do nosso concelho. Acha que aquilo é estarem-se a marimbar para o concelho. Mas, as atitudes de cada um são da responsabilidade de cada qual. Os líderes parlamentares, tinham documentos em papel, se houve problemas de impressão ou problemas de leitura, não era por aí que deixavam de avaliar, querendo realmente

participar na vida activa do concelho, e discutir os interesses do concelho; não era por aí que o poderiam deixar de fazer. No entanto, vai continuar com a sua apresentação porque entendia que o devia discutir, e entendia também que deveria ser apreciado e votado naquela Assembleia. Aliás, estar a requerer uma próxima assembleia é estar ainda a defraudar mais o erário público porque se sabe quanto custa uma Assembleia Extraordinária, não havendo nenhuma necessidade em andar a despender mais dinheiro para mais senhas de presença, para se fazerem ali deslocar apenas por um mero capricho de querer adiar a votação de um documento tão importante. Os mandatos autárquicos são de quatro anos e é no final de cada quadriénio que se avalia o seu desempenho. É por esta razão que, ou é nessa a razão que reside a lógica de existência de Planos Plurianuais e não anuais. É para se poder ter uma estratégia de visão centrada no horizonte e não uma estratégia de imediato, pontual, e avulso. Está-se ali a discutir um Plano Plurianual de Investimentos e conseqüente orçamentação. Dizer-se que se precisa da execução orçamental do ano corrente para avaliar o plano de investimento plurianual dos anos seguintes, é, no mínimo, uma visão paupérrima, provida de conteúdo analítico supérfluo e pouco enriquecedora para a discussão. Além do mais, se a lei diz que o relatório de contas de um relativo ano civil só é avaliado na reunião de Abril do ano seguinte, isto é, na segunda reunião do ano seguinte, e não na primeira, é porque a lei não lhe confere nenhuma relação nem necessidade. Ou a lei está mal, ou andam eles a interpretar mal a lei. Todos os anos a dizer-se que não existe nenhuma certeza do que se vai receber, até parece coisa de caloiros. Todos sabem que um Plano reúne um conjunto de intenções que assentam em previsões. E diz mais: cada vez será mais difícil prever pois, dada a situação do país, poder-se-á dizer que, cada vez mais, as transferências do FEF são cada vez menos previsíveis. Para todos os efeitos, conta é o realizado em termos absolutos, e não percentuais. O valor absoluto é aquele que se vê – o que é concreto, inalterável; o percentual é aquele que se quiser – basta mudar as referências (por isso é um valor relativo e um valor abstracto) – por exemplo: se quarenta por cento de quatro é a mesma coisa que oitenta por cento de dois, digam lá se não é preferível ter uma realização de quarenta por cento de trinta milhões de euros, do que uma realização de sessenta, setenta, ou até setenta e cinco por cento de quinze milhões. O que é que lhe interessam as percentagens? O que lhe interessa é a realização absoluta. Passando ao que interessa, disse, este é um plano de Orçamento que se reflecte já na falada e conhecida redução das transferências do FEF previstas para dois mil e seis, também num culminar de um terceiro quadro comunitário, e também por um grande volume de obras que transitaram e que estão na fase de culminar no próximo ano. No entanto, este Plano contempla um conjunto de novos e consideráveis investimentos que passam pela Cultura, Acção Social – no Apoio à

Terceira Idade, na Habitação Social, no Ensino (na construção da tão desejada escola integrada de pré, primeiro e segundo ciclo – os tais pólos de excelência), os Transportes Escolares (sabemos que temos fraca qualidade de transportes escolares e sabemos também que a autarquia despende de trinta e cinco mil euros, em média mensal). Por aqui se avalia o esforço autárquico para garantir os transportes escolares com diferentes carências e também não só porque, apostando numa política de transportes escolares pode-se prestar um melhor serviço, não só para a escola, como para estar disponível para todas as outras oportunidades, quer extra-escolares, quer de outras associações. Também é um Plano que aposta nas infra-estruturas básicas – pode-se dizer que dois mil e seis será o ano em que o concelho fecha a concepção, em termos de infra-estruturas básicas, águas, saneamentos e arruamentos – todas as aldeias vão estar, definitivamente, com estas infra-estruturas básicas, além de outras que começam a ser recuperadas por já terem passado da sua data de validade. Também prevê a pavimentação de estradas; também prevê a política de água; prevê também agricultura. Portanto, prevê um conjunto vasto de todos os sectores sociais e económicos da sociedade. É neste sentido, e por assentar este Plano numa estratégia de continuidade e desenvolvimento, razões pela qual o eleitorado reforçou a confiança neste executivo, e pela sua exequibilidade, que vão votar a favor este documento. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** foi o orador que se seguiu, começando por dizer que o Partido Socialista vinha com ideias de participar na discussão, participou nas discussões até determinado momento e, quando surge a oportunidade de se discutirem as coisas essenciais e mais importantes para o município, eis que fogem todos e não ficam ali para os ouvir. Por muita razão que tenham, perdem toda a razão com a atitude que tomaram, para além de que ficou em cheque o choque tecnológico e, quem fica em cheque, além do choque tecnológico, é o município, porque, desta forma, não é possível discutir ali as coisas cara a cara. Fica-se a falar para a bancada do PSD e para alguns resistentes da bancada da oposição mas vale a pena ir ali dizer algumas coisas porque aquele Plano de intenções que ali é apresentado, merece, e vale a pena reflectir e dizer o que há para dizer sobre o mesmo. Neste Plano de Investimentos e Orçamento – Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e seis, está implícita uma preocupação com o desenvolvimento do nosso concelho. Há nele uma filosofia que é continuar a mudança. Essa filosofia foi a que foi apresentada no programa eleitoral do Partido Social Democrata, que mereceu o apoio da maioria das pessoas do concelho de Mogadouro. Vê-se naquele documento a ideia clara do prosseguimento de objectivos que visam o bem estar das populações. Subjaz nele um conceito claro de desenvolvimento sustentado, perfilando-se também prioridades que lhes aprazem. Concretizados objectivos ligados às infra-estruturas básicas do município, programa ainda não concluído

(estava a falar das estruturas rodoviárias, saneamento básico, abastecimento de água), cuja continuação está contemplada neste Plano, é agora tempo de avançar para outras áreas de projecção do bem-estar das populações. Referia-se a dimensões que tinham a ver com a Cultura, a Educação, a Juventude, a Terceira Idade, o Ambiente, a Saúde, a Habitação Social e outros domínios que estão presentes no documento agora em análise. Como plano de intenções que é, ele não hipoteca o desenvolvimento, pelo contrário, potenciando o investimento e o bem-estar, resta esperar que o executivo tenha a dinâmica que todos desejam, e na qual acreditam, para que este projecto tenha a melhor execução possível. Votarão a favor, querem o desenvolvimento, o bem-estar e, por isso mesmo, queriam aproveitar este momento, e esta oportunidade, para desejar à Câmara Municipal que arregace as mangas, que o trabalho é para ser feito e não para hipotecar seja aquilo que for. As obras que estão propostas, os trabalhos que são apresentados, merecem a sua aprovação. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou de seguida ao senhor Presidente da Junta de Soutelo se estava na condição de Presidente de Junta ou de público uma vez que se encontrava sentado nos lugares destinados ao público. De seguida deu a palavra ao Deputado Municipal que se segue: ---

► **JOSÉ LUÍS CORDEIRO** usou da palavra para dizer que reconhecia ter havido uma falha não intencional da parte do executivo. Apesar de se estar numa fase de progresso e de inovação, mas uma coisa não invalida a outra. Pensa que o suporte de papel ficaria muito bem. Pela realidade actual, se se confrontarem a debater um documento, não têm um apetrecho para se visionar alguma pergunta que se possa fazer. Como democrata aceita todos estes políticos. Todos, quantos estão naquela sala, são maiores; cada um que assuma as suas responsabilidades, e cada um que chame a atenção dos eleitores pelos gestos que ali tomam. Pedia à Assembleia que reflectisse esses pequenos lapsos. Não é testemunha de defesa da Assembleia, nem pretende ser, mas admite que não tivessem visto, talvez, a “gravidade” e que o documento em papel seria mais fácil para discuti-lo. Aconselha que, sempre que seja possível, que lhes seja enviada a documentação em suporte de papel. -----

► **VÍTOR BATISTA** voltou a usar da palavra na sequência da intervenção do Deputado José Luís Cordeiro por não concordar com a sua óptica. Não vê ali nenhum lapso da Assembleia. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu para dizer que da Assembleia não foi, com certeza. -----

► **VÍTOR BATISTA** continuou com a sua intervenção dizendo que a Assembleia tinha agido de acordo com aquilo que foi consensual em determinado momento porque tinha princípios de base, e tinha lógica. Não vê ali nenhum lapso e se realmente as pessoas não estavam preparadas para agir de acordo com as novas tecnologias tinham sempre forma de fazer

chegar e antever... mas foi previsto que chegaria um documento em papel e outro em suporte electrónico. O que vê ali, porventura, é alguma inaptidão e falta de adaptação às novas tecnologias por parte de alguns elementos que fizeram disto um cavalo de batalha de uma forma vergonhosa (na sua óptica). -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador em regime de permanência João Henriques, começou por dizer que a coisa que ele tinha de mais valor e que lhe pertencia era a sua palavra. Em determinadas alturas, podia chegar à conclusão de que errou, que se enganou, que estava a pensar, que estava a agir, de uma maneira e agir de outra; agora – perdoem-lhe – que a dona Joaquina sabe o que ele está a dizer, que ali ficou, assim como o José Joaquim Pinto, que também sabia o que ele estava a dizer – a Assembleia passada deliberou, decidiu, que os documentos passariam a ser entregues em suporte digital; com o voto destas pessoas – de algumas delas que abandonaram hoje esta assembleia. Isto não lhe passa pela cabeça, que gente séria intelectualmente, que o possa fazer. Algumas das pessoas que saíram, que não votaram, ainda pode perceber; agora, pessoas que votaram e depois abandonam numa atitude arrivista, essa, perdoem-no, mas essa não pode compreender. Mais: nessa deliberação da Assembleia Municipal ficou dito que, se mesmo assim, alguma das pessoas que não se entendesse correctamente com o suporte digital, que podia solicitar na Câmara o suporte em papel – é um direito. Não vale a pena as pessoas só irem ali falar nos direitos da oposição quando eles dão jeito, porque uma das obrigações também da oposição é solicitar nos serviços respectivos a documentação que ache necessária e, o próprio Estatuto do Direito de Oposição diz que há um tempo razoável para entregar esses documentos. Qualquer dos senhores deputados que abandonou poderia ter feito esse propósito, mas dá mais jeito fazer chicana política quando não há alternativas viáveis a um Plano Plurianual; quando não têm alternativas viáveis quando se vem dizer, ou se prevê dizer, que é um investimento muito forte, e não se diz quais é que são as obras, então, que de lá se tiram: se é a de Sanhoane que se retira ou se é a de Meirinhos, ou se é a de Soutelo que se vai retirar (isso não se diz). Para terminar, e para que possam perceber, o Estatuto do Direito de Oposição, no seu artigo quinto, número três, diz o seguinte: *Os Partidos Políticos representados nos órgãos Deliberativos – que é este - das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos – que é a Câmara Municipal (que não é o caso, que o Partido Socialista tem três Vereadores) – têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos Orçamentos e Planos de Actividade.* Meus senhores, disse, o Estatuto do Direito de Oposição foi cumprido por este executivo; entregou atempadamente, a quem de direito - aos senhores Vereadores do Partido Socialista, que têm representação na Câmara Municipal - o documento em base de papel,

porque a Câmara ainda nada decidiu, até ao momento, de dizer se é em base de papel ou digital. Dirigindo-se de seguida ao Deputado Municipal José Luís Cordeiro disse que o desculpasse mas não era a Câmara que tinha de corrigir o que quer que fosse, ou a Assembleia, porque a Assembleia são os senhores Deputados. Os senhores Deputados que votem quando quiserem a dizer que não querem receber a documentação em suporte digital, que só querem receber em suporte de papel. Como tiveram o poder de deliberar que fosse em suporte digital, têm o poder de deliberar que seja em suporte de papel. Agora, não é, nem à Mesa nem à Câmara, que compete fazer essa alteração. Ambos cumpriram escrupulosamente aquilo que a Assembleia Municipal decidiu, deliberou em devido tempo. Disse ainda ter pena de não poder confrontar ali outras opções, outras situações, outro tipo de investimentos, outro tipo de atitudes com as pessoas da oposição - tem pena - mas cada um é responsável pelos actos que pratica. Ele tem honra em praticar aqueles que está a praticar, disse. -----

► **JOSÉ LUÍS CORDEIRO** voltou a usar da palavra, começando por pedir desculpa se porventura a sua memória lhe estava a falhar mas, na assembleia a que acabou de aludir o senhor Vice-Presidente da Câmara, então Presidente da Assembleia, não foi votada aquela deliberação, embora tenha sido aceite por todos quantos estavam presentes e por ele próprio. E, como diz o povo “*quem cala consente*”. O que ele pretendia dizer é que, se houvesse alguma dúvida a ser levantada, sem o suporte em papel, como é que se poderiam orientar? Se houver necessidade de se visionarem todos os pontos, como é que isso se poderia fazer se o CD-Rom estava em casa? Era só isso que queria dizer. -----

► **ILÍDIO MARTINS** diz não ter nada que se queixar, pois recebera dois tipos de informação, deixando o pedido ao secretariado da Assembleia, que deixasse de gastar dinheiro com ele porque, papéis ainda os vai lendo, o resto não é nada com ele. Em qualquer dos casos, disse, também não concordara com o tom dramático que o senhor Vice-Presidente da Câmara trouxera àquela assembleia. A Mesa aceitou a posição – se correcta, se incorrecta (quem é ele para a qualificar?) – achando excessivos os adjectivos empregados, quer pelo senhor Vice-Presidente da Câmara quer pelo senhor líder da bancada parlamentar do PSD em relação às pessoas que abandonaram a sessão, tanto mais que a Mesa não teve uma atitude crítica em relação ao gesto deles. Ele tomou gesto diferente por razões que explicaria se alguém lhe pedisse, mas que não vê interesse para a maioria. Em qualquer dos casos, também não entende muito bem como é que o senhor Vice-Presidente da Câmara ali lançou o repto para que tenham sido lançadas outras propostas. De facto, quando ele acabou por classificar tudo isto como um conjunto de intenções, quando há conjunto de intenções não há grande necessidade de fazer contrapropostas porque não há propostas – não pode haver contrapropostas porque não há propostas. Há um rosário de

intenções, boas ou más, cada um as ajuizará por si, ele, de um modo geral, e pessoalmente, nada tem a ver com o grupo parlamentar, nada tendo a opor, nem a louvar, ao documento que foi apresentado, talvez por insuficiência da sua parte. Tomará a atitude que entender no momento da votação, mas lamenta o tom demasiado dramatizante que ali foi dado ao facto de camaradas seus, da sua bancada, terem abandonado a sessão, fazendo votos para que não haja, de futuro, motivos para que qualquer das bancadas tenha atitude idêntica. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que, relativamente à postura da Mesa, esta tem os documentos que tem forçosamente de ter, conforme consta na Ordem de Trabalhos, tendo que lhes dar seguimento. Recordou também que – e o senhor Deputado Ilídio Martins, nestas andanças, ainda é novo – não estranha muito a postura dos membros do Partido Socialista, porque, outrora, os membros do PSD também já o fizeram. E, quando o fizeram, também foram acusados de serem levianos e produzirem baixa política. Naquele momento, também lhe apraz devolver à procedência aquele tipo de acusações. -----

----- De seguida pôs à votação o documento intitulado “**GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O EXERCÍCIO DE 2006 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO**”, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com quatro (4) abstenções e trinta e dois (32) votos a favor e nenhum voto contra. -----

----- Depois desta votação, voltaram a ocupar os seus lugares os senhores Deputados Municipais eleitos pelo Partido Socialista. -----

----- De seguida o Presidente da Assembleia apresentou para discussão o ponto a seguir na Ordem do Dia: -----

----- **2. 4 Análise e deliberação sobre “PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 1.284.857,00 €”**: -----

----- Deu a seguir a palavra à Câmara Municipal para que fizesse a apresentação do assunto em discussão. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo substituto do senhor Presidente da Câmara, o Vereador em Regime de Permanência João Henriques, informou que a excedência do aparecimento daquele empréstimo, para que ali fosse apreciado e votado, vinha na sequência do rateio efectuado pela DGAL (Direcção Geral das Autarquias Locais) que contém em documentação, por duas alturas durante o ano presente, vem proporcionar à Câmara Municipal a contratação de um empréstimo no valor de um milhão duzentos e oitenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e sete euros. É a própria direcção Geral das Autarquias Locais que faz aquela proposta à Câmara, sendo a capacidade de endividamento da Câmara de onze ponto sessenta e dois por cento – como já há pouco foi referido – e, não aproveitar os empréstimos que permitem à Câmara obter e rentabilizar os fundos comunitários (que se sabe que vão esgotar a curto prazo), é um crime, e seria privar Mogadouro de infra-estruturas e realizações que

jamais conseguiriam obter. Este empréstimo destina-se a co-financiar o arranjo urbanístico da entrada de Urrós; o arranjo urbanístico, pavimentação e remodelação das infra-estruturas do Bairro de S. João (zona envolvente); o arranjo urbanístico, pavimentação e remodelação das infra-estruturas do Bairro de S. Sebastião; a estrada da Ponte Meirinhos/Sardão até S. Pedro, e o arranjo urbanístico do acesso de Sanhoane (Largo de Santo Amaro). É para alocar a estas obras que se solicita a aprovação deste empréstimo. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou aberto o período de intervenções começando a dar a palavra consoante a ordem de inscrições. --

► **ANÍBAL MORENO** já no uso da palavra disse que, em relação a esta matéria – contratação de um empréstimo a médio e longo prazo – queria primeiro solicitar alguns esclarecimentos: pretende o executivo contrair um empréstimo na ordem de um milhão duzentos e oitenta e quatro mil euros. Na verdade, no anterior executivo já tinha sido aprovado (por volta de Julho, Agosto) um milhão e dois mil. Coloca-se ali a questão de saber porque não foi esta deliberação revogada se fica a Câmara autorizada para contrair dois empréstimos. No seu entender, acha que a Câmara ao aprovar aquele novo empréstimo deveria ter revogado a outra deliberação porque, no seu entender, fica-se com a ideia que a Câmara fica autorizada a contrair dois empréstimos. Isto não lhe parece que seja correcto, pelo que a Câmara deveria ter tomado a deliberação de revogar a anterior deliberação. Isto era mais uma posição de esclarecimento do que de posição sobre o assunto. Por outro lado, como já ali tinha sido referido, e de uma forma de dar a entender a esta Assembleia que os executivos Socialistas é que contraíram a grande parte dos empréstimos. Foram enumerados: uns contraíram quinze e os outros três. Mas esqueceram-se (acredita que não fosse com intenção) de apontar os montantes e, os montantes contraídos por este executivo, aliás, pelos executivos liderados pelo PSD, representam, nada mais nada menos que, praticamente, os cinco milhões de euros, ou seja: duzentos mil num, oitocentos mil noutra – que dá um milhão; novecentos mil noutra e, o último que foi contraído no ano passado, que é um de dois milhões e quatrocentos mil (salva o erro). Portanto, a soma total, é praticamente o conjunto dos empréstimos que estão em dívida. Isto, quer dizer que o número de empréstimos não é significativo; o que conta, de facto, é o valor. Espera que tenha sido por desleixo o facto de não ter sido enumerado o valor dos empréstimos, só se tendo referido (talvez por que fosse mais conveniente) ao número de empréstimos contraídos. Há depois outra questão que ali se falou (e ali acha que estão completamente em desacordo). Faz-se uma análise da capacidade de endividamento da Câmara Municipal e chega-se à conclusão de cinquenta e oito vírgula qualquer coisa por cento, que é a capacidade, depois de contrair este empréstimo, que vai ser a taxa de endividamento municipal da Câmara Municipal. Mas,

não sabe por que cargas de água, a seguir fazem outras contas e dizem que é vinte e um por cento, só, a capacidade a utilizar. Mas depois, o senhor Vice-Presidente, ainda ali vai dizer – em plena Assembleia – que a capacidade utilizada só são onze por cento – nada de mais errado. A capacidade de endividamento utilizada é global, só que a alínea que vão buscar para esse efeito, que não conta – mas é para novos empréstimos que não conta. Então, façam as contas com ele: a capacidade de endividamento do município é de um oitavo dos três FEF's; se estiver toda utilizada (e não contam se os projectos são financiados ou por financiar) só pode recorrer a novos empréstimos desde que hajam amortizações e, quem não a tiver completamente utilizada, não pode ter uma dívida maior em trinta e um de Dezembro de dois mil e seis, àquela que tinha em um de Janeiro de dois mil e seis, ou seja, em trinta e um de Dezembro de dois mil e cinco, a não ser – e aqui é que está a ressalva que a lei permite – que seja para projectos co-financiados. Mas, a capacidade de endividamento utilizada é um total. Portanto, neste momento, a capacidade que vai ficar utilizada são cinquenta e oito vírgula qualquer coisa por cento. Essa, não tem nada a ver que sejam obras de fundos comunitários ou obras sem serem de fundos comunitários. A capacidade de endividamento é só uma – ou é as despesas de investimento do ano anterior ou é os três FEF's do duodécimo; aí não há volta a dar. Neste momento, vai ficar em cinquenta e oito vírgula qualquer coisa por cento a capacidade utilizada de endividamento. Isto quer dizer que, de dois mil e um para cá, o endividamento subiu na ordem dos trinta por cento, ou mais. Como eles também não querem que os acusem de parar as obras do concelho, não vão inviabilizar o empréstimo, pelo que se irão abster na votação da contratação deste empréstimo. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo seu Vice-Presidente, João Henriques, disse ter ouvido com muita atenção os ensinamentos que o senhor Deputado Aníbal Moreno lhes quis trazer. E, esteve a tentar aprender porque, disso, sabia muito mais que ele. Mas, desleixo da sua parte, não é fácil porque, quando não sabe é quando lê mais – sempre foi assim (daquilo que sabe, pode-se desleixar um bocadinho, mas como sabe pouco disto, vai ler muito mais, para saber como é). E, o senhor Deputado Aníbal Moreno tem razão naquilo que diz, no valor dos empréstimos - deve muito mais esta Câmara (na parte global) do que daqueles que ele disse para trás. Não é difícil fazer contas: empréstimos a quinze anos – alguns deles contraídos à doze – vejam lá se ainda queriam dever grande parte desses empréstimos hoje! ... É obvio que, entretanto, já foram pagos! – são contas de merceeiro! Quer dizer, são muito menos os encargos hoje em dia, porque entretanto já foram pagos. Agora, em valor global, não pode ser de outra forma. Em relação ao valor do empréstimo em si, e da capacidade de endividamento da Câmara, o Deputado Municipal Aníbal Moreno sabe tão bem quanto ele que, todos os empréstimos, e mês a mês, a capacidade de

endividamento se altera. Basta pagar-se alguma das partes do capital do empréstimo que já se altera; basta a taxa de juro ser alterada, que já se altera; basta tudo isso e já se altera. Ir ali dizer que o valor é este mas que antigamente era outro, é mera retórica. Nesse aspecto estão falados. “Subiu trinta por cento o empréstimo”: pois subiu; Mas já pagaram quanto daquele empréstimo? – mas não se queixam, porque a Câmara é uma entidade, não são pessoas. A Câmara não era Fulano de tal há uns anos e Fulano de tal, ou Fulanos de tal agora, a Câmara é uma instituição e, como pessoa de bem, vai cumprindo as suas obrigações. Estão muito longe de atingir o tecto da capacidade de endividamento. Quando se dizia – “mas se a obra é financiada, já não conta para contrair outro empréstimo...” – então, se não conta para contrair outro empréstimo, como é que pode contar para a capacidade de endividamento, se a seguir quiser ir buscar outro empréstimo e ele não conta, o da obra financiada? A capacidade de endividamento da Câmara é aquela que já lhes havia transmitido, que são os valores que a contabilidade do Município fez chegar ao executivo, e são esses os valores que ali traz, porque as pessoas que fazem aquela contabilidade, e que fazem os cálculos, são pessoas que sabem o que estão a fazer, que utilizam o POCAL como devem utilizar, e todas as regras de contabilidade que devem utilizar, e que o Deputado Aníbal Moreno também as utiliza só que, às vezes, não lhe dá jeito dizê-las como elas são. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou mais uma vez da palavra, começando por argumentar que se poderia estar ali toda a tarde a esgrimir quem teria ou não razão. De qualquer forma, a lei é a lei, e quando se refere à capacidade de endividamento é a que está calculada pela própria Câmara, que diz “capacidade utilizada – cinquenta e oito ponto trinta e dois por cento. Não foi ele que escreveu aqueles números, é a própria Câmara que o diz. E depois vai dizer assim: “excluindo as que são co-financiadas por fundos comunitários não entram”, para a capacidade de endividamento? Claro, isso é perder tempo ali porque a capacidade de endividamento é só uma: ou vai para o lado das despesas de investimento ou vai para o lado dos duodécimos – só uma! Agora, a dos fundos comunitários, só pode, só fica excepcionada para poder recorrer a novo empréstimo se for para um tipo dessas obras porque, senão for para um tipo dessas obras, não podem recorrer a empréstimo. Por isso, o endividamento municipal de médio e longo prazo, depois de contrair este empréstimo, é o que ali está escrito: cinquenta e oito ponto três - e não foi ele que o escreveu, foram os serviços de contabilidade da Câmara que o calcularam. -----

----- Quanto aos empréstimos, quando fala em cinco milhões, a soma é o que está contratado, é o total – não estão abatidas as amortizações. O que está no mapa é o contratado desde o início: “Capital contratado” (tem ali a soma); “Capital em dívida” (tem outra soma - é diferente). Em dívida só são três milhões, mas o contratado foram cinco milhões e, destes cinco

milhões, é que diz que, praticamente, quatro milhões, foi o anterior executivo e este que os contrataram. Basta somá-los: duzentos, mais oitocentos – um milhão. Porque, no mapa presente não traz os empréstimos (que foram dois milhões e meio – ou dois milhões e quatrocentos) que foram contratados em Fevereiro. No mapa que ia junto com a documentação da contratação de empréstimo, não consta o empréstimo dos dois milhões e quatrocentos mil. Se verificarem, esse mapa terá de ser também corrigido – o tal do orçamento. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** falou de seguida dizendo que se estavam ali a esgrimir questões que em vez de esclarecerem só confundiam. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo seu Vice-Presidente, voltou mais uma vez à tribuna fazendo referência às várias leituras dos valores apresentados mas, quis ainda dizer ao Deputado Municipal Aníbal Moreno que aquele empréstimo, que a Câmara tinha votado há uns meses atrás – o tal de um milhão de euros – que não tenha cuidados com isso porque, desde a Ferreira Leite, que não há cuidados a ter com os empréstimos que a Câmara possa votar: ou vêm da DGAL a dizer que se pode contrair ou, tire-se daí o sentido. Pode dormir descansado porque, aquele, votado ou não votado, dali não vai sair rigorosamente nada – o que vale é o total que a DGAL ali apresentou. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou de seguida a intenção de colocar a proposta de empréstimo a médio e longo prazo à votação. -----

----- Pedeu para se ausentar da sala o Deputado Municipal Luís Maria Mouro por se sentir impedido, como parte interessada, de votar aquele documento. -----

----- Contados os votos, ficou a contratação deste empréstimo aprovada por maioria com dezassete (17) abstenções, trinta (30) votos a favor e nenhum voto contra. -----

----- Também não votou este documento o Deputado Municipal Óscar António Preto Castanho por também se sentir impedido de o fazer. -----

----- O Deputado Luís Mouro voltou a ocupar o seu lugar na respectiva bancada. -----

----- O Presidente da Mesa anunciou de seguida o ponto que se seguia na Ordem do Dia: -----

----- **2. 5 Análise e deliberação sobre “IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – COMUNICAÇÃO DE TAXAS RESPEITANTES AO ANO DE 2005 A LIQUIDAR EM 2006. COMUNICAÇÃO DA DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DA CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA”:**

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** deu a palavra à Câmara Municipal para que fizesse a apresentação do documento em apreço. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo senhor Vice-Presidente, informou que, o que a Câmara propunha, era o mínimo proposto por lei. A

lei não permitia que houvesse a aprovação de um valor mais inferior do que aquele que ali estava, pelo que era aquilo que se propunha e nada mais. ----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra naquele ponto. -----

► **ILÍDIO MARTINS** já no uso da palavra disse que pensava que aquele ponto da Ordem do Dia estava prejudicado na medida em que a lei impunha que a deliberação ali tomada tivesse de ser comunicada até trinta de Novembro para ter efeito no ano imediatamente posterior. Em qualquer dos casos, também é inócua na medida em que, se está pelos mínimos, está pelos mínimos, pelo que propõe que seja eliminada da Ordem de Trabalhos por não ter qualquer interesse. Propõe que, mesmo que comuniquem qualquer aumento – o patamar mínimo está garantido – também não tem qualquer eficácia. Para rematar, queria congratular-se com a parte final dos trabalhos porque gostou muito do confronto de números entre o senhor Vice-Presidente e o senhor líder da bancada, Aníbal Moreno e socorre-se ali das palavras do Vítor Batista e do Moreno quando disseram que, no fundo, o que contam são os números absolutos e não as percentagens e isso foi óptimo porque lhes aclarou ali algumas coisas. Por fim desejou que tudo corresse pelo melhor e propor que, da parte da Mesa, haja alguma atenção mais em relação à redacção do Regimento, na medida em que acha que há alguma incompatibilidade entre o artigo quarenta e sete do Regimento e a lei de funcionamento, concretamente quanto à pluralidade de votos, ou maioria de dois terços, para determinadas coisas, como aquela que foi suscitada pelo Presidente da Assembleia. Acha que esse ponto deve ser aprovado para evitar incidentes posteriores. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** explicou que aquele assunto tinha ido à Assembleia porque esta é um órgão deliberativo e, como tal, a Câmara necessitava daquele suporte deliberativo. A informação já foi para as Finanças, é a Taxa mínima que a Câmara aprovou e, portanto, a Câmara precisa deste suporte deliberativo em acta – é só essa a razão. -----

----- De seguida deu a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó: -----

► **ILÍDIO MIGUEL RITO** disse que, depois de se dizer que a Câmara já enviou para as Finanças aquela informação, isso não está de acordo com a lei – a informação tem de ser da Assembleia Municipal, até trinta de Novembro, o que se pressupõe que se deveria ter feito uma reunião da Assembleia. A sugestão que pretendia dar é que, da próxima vez, seja levado à reunião de Setembro porque a Câmara não tem poder para comunicar esses valores. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** considerou que essa deliberação poderia, eventualmente, ter ido a uma reunião anterior à de Novembro ou Dezembro. -----

----- De seguida pôs à votação o documento em apreço, o qual foi

aprovado por unanimidade. -----

----- A seguir, passou ao ponto seguinte da Ordem do Dia: -----

-----**2. 6 Outros Assuntos.**-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** comunicou que, porque o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista evocou a lei que não estava assumida no Regimento desta Assembleia, impede que se delibere sobre a apresentação dos dois documentos que foram enviados à posteriori à Assembleia, ou seja, não puderam fazer parte da presente Ordem de Trabalhos. Deste modo, os documentos e porque também não quer de forma alguma ultrapassar a lei, entende a Mesa que estes documentos ficarão prejudicados até à próxima reunião, se bem que lamente, pelo facto de se poder vir a inviabilizar o trabalho dessas instituições por um facto simplista como aquele que foi referido. De qualquer das formas, queria dar a conhecer à Assembleia uma comunicação proveniente do senhor Vereador em regime de permanência, doutor João Manuel dos Santos Henriques, cujo teor é o seguinte: -----

----- *“Exercício de actividades não autárquicas: João Manuel dos Santos Henriques, vereador em regime de permanência na Câmara Municipal de Mogadouro desde vinte cinco (25) de Outubro p.p., comunica à Assembleia Municipal do próximo dia doze (12) de Dezembro (primeira reunião deste órgão a seguir ao início do mandato) nos termos do previsto nos artigos terceiro (3.º) do Estatuto dos Eleitos Locais e sexto (6.º) da Lei número sessenta e quatro barra noventa e três (64/93, de vinte seis de Agosto, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas), que exerce o cargo não remunerado de sócio gerente da firma Farmácia Bem Saúde, sociedade Unipessoal Limitada, com sede na Avenida Sá Carneiro, cento e quatro, na cidade de Bragança”.* -----

----- De seguida, declarou aberto o período de inscrições para uso da palavra. -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, disse que, depois da discussão do um ponto três “ Assuntos de Interesse Relevante para o Município”, foi passado e, como não se tinha inscrito, não pôde falar, pelo que falará aqui, em “Outros Assuntos”. Chama ao documento que lerá a seguir “Tomada de Consciência”. Diz o seguinte: -----

----- *“No decorrer desta Assembleia foi apresentada uma proposta no ponto um ponto três (Assuntos de Interesse Relevante para o Município) para aprovar o desbloqueamento de verbas através de transferências de capital para as Juntas de Freguesia. No meu entender, seria uma solução viável para assim não haver tantas disparidades entre as diversas Juntas. -*

-----*Também, olhando olhos nos olhos, viro-me para os senhores Presidentes de Junta eleitos pelo Partido Social Democrata, que estando dependentes de verbas vindas da Câmara através das transferências de*

capital, votaram um documento, desfavoravelmente, que iria facilitar a organização e concretização do seu Plano de Actividades. Não consigo entender os vossos raciocínios: uma das duas – ou têm muito dinheiro nas vossas contas de Junta de Freguesia, ou não querem saber de quem votou em vós. -----

----- Se a proposta tivesse sido aprovada ficaríamos todos nós, Presidentes de Junta, com a possibilidade de fazer atempadamente os nossos projectos e gerir melhor as nossas obras para o desenvolvimento das nossas aldeias. Fica assim a vosso cargo um encargo de consciência”.

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra para pedir à Câmara que o informasse (provavelmente já estaria ultrapassado o que se propunha perguntar) se se passava algum problema com a obra da Casa das Artes, pois já há algum tempo constatou que aquela estava parada, pelo que agradecia que informassem a Assembleia se se passa algum problema com a obra, e o porquê dessa obra ter parado, se é que ainda está parada. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo seu Vice-Presidente, informou que se tratava da reformulação do projecto, em termos estruturais, de suporte, cujos trabalhos se retomariam dentro de muito pouco tempo. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** por não haver mais inscritos para intervir neste ponto da Ordem do Dia, passou de imediato ao ponto seguinte na Ordem de Trabalhos: -----

----- 3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** em virtude de não haver público presente na sala, encerrou este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que fizesse a leitura da Acta em minuta. -

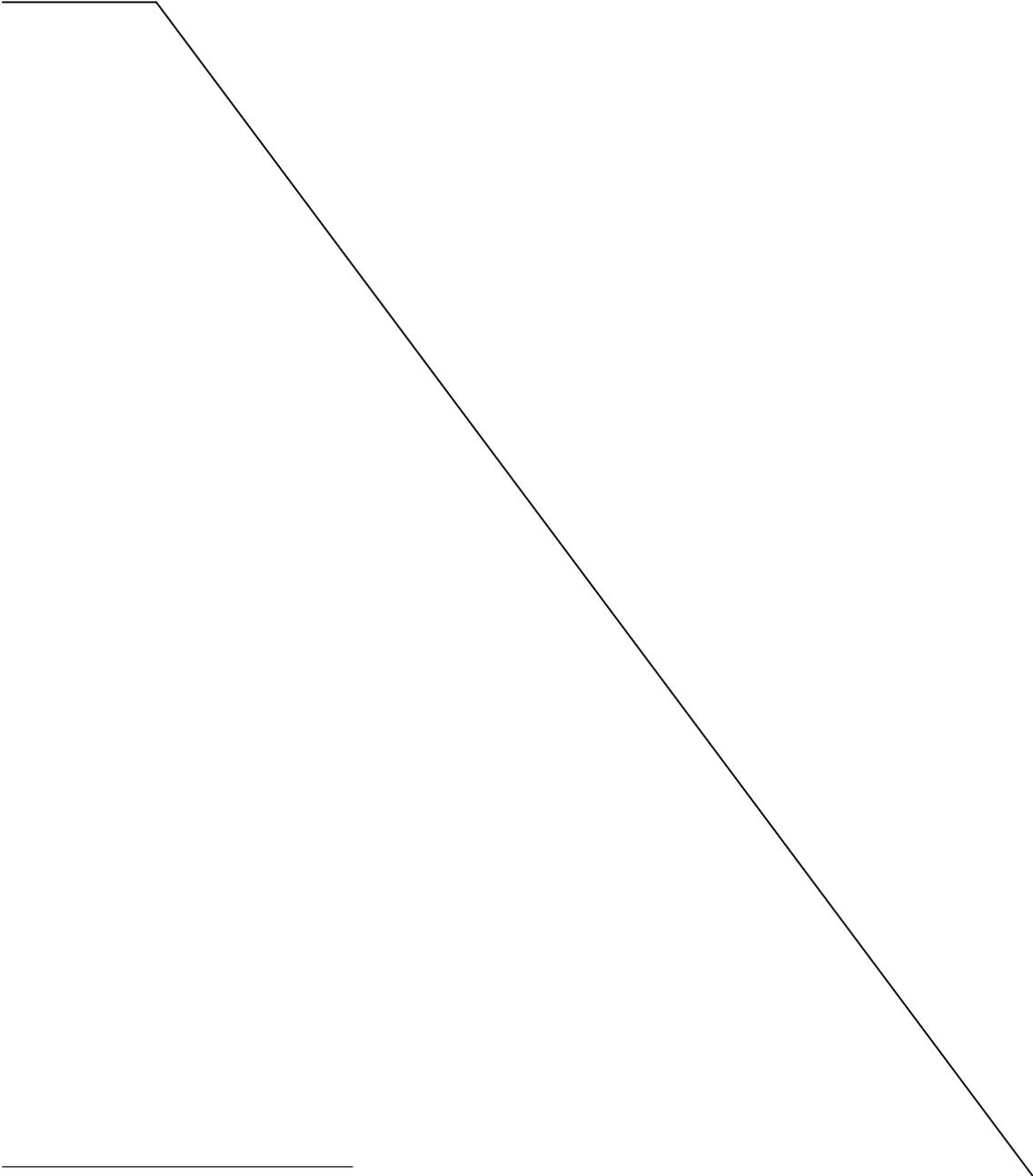
----- Depois de lida, foi posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com duas abstenções, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente. -----

----- Às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Elisa Pereira Contente Castro Felgueiras, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

O Presidente da Assembleia Municipal

(1)



(1) Esta Acta é constituída por 27.077 palavras, distribuídas por 57 páginas e 2.423 linhas.